



SEPLAN

SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO



**GOVERNO DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade

# CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

14

Junho - 2010

## GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Alcides Rodrigues Filho

### SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Oton Nascimento Júnior

#### CHEFE DE GABINETE

Eduardo Rios Cardoso

### SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Lillian Maria Silva Prado

#### CONSELHO EDITORIAL

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

Eduiges Romanatto

Lillian Maria Silva Prado

Paulo Borges Campos Jr.

#### COORDENAÇÃO

Marcos Fernando Arriel

#### EQUIPE TÉCNICA

Alex Salvino Dias

Dinamar Maria Ferreira Marques

Lillian Maria Silva Prado

Marcos Fernando Arriel

#### Capa e Diagramação

Alex Salvino Dias

#### Publicação via web

Oscar Martins Ribeiro Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 14 (2004- ).

Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2010. 40 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338



SEPLAN

SECRETARIA  
DO PLANEJAMENTO  
E DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO  
ESTADO DE GOIÁS

Desenvolvimento com Responsabilidade



**Sepin**  
Superintendência de Estatística,  
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 3 Centro

CEP 74.003-010 – Goiânia – Goiás

Tel: (62) 3201-7878

Internet: [www.seplan.go.gov.b/sepin](http://www.seplan.go.gov.b/sepin)

e-mail: [sepin@seplan.go.gov.br](mailto:sepin@seplan.go.gov.br)

## Sumário

<i>Apresentação .....</i>	<i>2</i>
<i>Economia goiana no primeiro trimestre de 2010 .....</i>	<i>3</i>
<i>A competitividade dos municípios de Goiás .....</i>	<i>14</i>
<i>Distribuição de renda e mercado de trabalho em Goiás durante a década recente .....</i>	<i>21</i>
<i>Perfil do trabalho na agropecuária goiana segundo os dados da RAIS .....</i>	<i>27</i>
<i>Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável .....</i>	<i>36</i>

## Apresentação

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, através de sua Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (Sepin), tem a renovada satisfação de colocar à disposição dos usuários de nossa página na internet a 14ª edição do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana. Desde a 8ª edição que esta revista é publicada exclusivamente pela internet. Portanto, a expectativa é de que consigamos atrair além de todos os nossos antigos leitores do formato impresso, um maior número de leitores para esse formato digital, a cada nova publicação.

Esta edição apresenta quatro artigos, além da análise de conjuntura econômica do Primeiro Trimestre de 2010, como de praxe, elaborada pela equipe de economistas da casa. Aliás, os técnicos da casa tiveram participação decisiva neste número do boletim. Os artigos *A Competitividade dos Municípios de Goiás* e *Perfil do Trabalho na Agropecuária Goiana segundo os Dados da RAIS* foram contribuições de economistas da Sepin. O interessante artigo *Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável* também foi de colaborador da casa em parceria. Por fim, o artigo *Distribuição de Renda e Mercado de Trabalho em Goiás durante a Década Recente*, este sim fruto de valiosas contribuições de nossos parceiros nesse projeto.

Assim, com a finalização e disponibilização de mais uma edição do boletim trimestral, deixamos registrada aqui nossa expectativa de poder continuar contando com os colaboradores, e os agradecimentos aos que possibilitaram compor este número 14 da Conjuntura Econômica Goiana. Apresentamos agradecimentos também aos membros do Conselho Editorial pelo comprometimento, dedicação, sobretudo, pelas expressivas e valiosas contribuições para melhoria desta nossa publicação.

# Economia Goiana no Primeiro Trimestre de 2010

*Equipe de Conjuntura – Seplan<sup>1</sup>*

A atividade econômica brasileira seguiu em ritmo forte, superior ao observado em âmbito mundial, neste primeiro trimestre de 2010. O movimento favorável vem sendo percebido desde os últimos trimestres de 2009, mas foram os dados do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2010, divulgado pelo IBGE, que mostrou a forte aceleração da economia brasileira. O PIB a preços de mercado cresceu 2,7% em relação ao quarto trimestre de 2009 e 9,0% em relação a igual período de 2009, sendo que a indústria contribuiu com a maior alta (4,2%), seguida pela agropecuária (2,7%) e serviços (1,9%). Do lado da demanda o maior destaque foi o crescimento de 7,4% da Formação Bruta de Capital Fixo, evidenciando a elevação dos investimentos produtivos.

A trajetória de crescimento da economia brasileira demonstra o dinamismo generalizado observado nas diversas regiões do país, expresso nos principais indicadores conjunturais. No caso de Goiás os indicadores que mais chamaram atenção foram a indústria de transformação, que teve o melhor trimestre em oito anos, o comércio, com forte expansão e a geração de empregos formais, que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, Goiás obteve o melhor trimestre desde o início da série histórica em 1996.

## **Indústria**

A indústria goiana praticamente zerou os efeitos da crise e cresceu acima do esperado no primeiro trimestre de 2010, com a aceleração do processo de recuperação no início deste ano, o setor fechou o primeiro trimestre

de 2010 com expansão acumulada de 26,7%, o melhor resultado trimestral em 8 anos.

A indústria opera com taxas positivas desde novembro de 2009, crescendo a uma média de 20,1% no período de novembro/09 a março/10, com um perfil generalizado de crescimento em todas as atividades. Entres as atividades de maior destaque no período estão: O segmento de produtos químicos cresceu em média 155,6% e minerais não metálicos 6,2%. Com estes resultados pode-se afirmar que a indústria goiana praticamente eliminou os efeitos da crise observados nos últimos três meses de 2008.

Em janeiro de 2010 comparado com o mesmo período de 2009 a indústria goiana cresceu 19,7%, terceiro resultado positivo consecutivo, apoiado principalmente na indústria de transformação (21,9%), uma vez que o setor extrativo (0,1%) ficou praticamente estável. No primeiro segmento, todas as atividades assinalaram taxas positivas, com destaque para produtos químicos (145,3%), refletindo em grande parte o aumento na produção de medicamentos e adubos ou fertilizantes.

Em fevereiro do corrente ano, a expansão da indústria foi de 37,1%, a quarta taxa positiva consecutiva neste tipo de indicador e expressou o resultado mais elevado desde o início da série histórica iniciada em 2002. Na formação deste resultado, todos os cinco segmentos pesquisados apontaram crescimento na produção, com destaque para produtos químicos (250,9%) e alimentos e bebidas (16,1%) que assinalaram as principais influências sobre a média global.

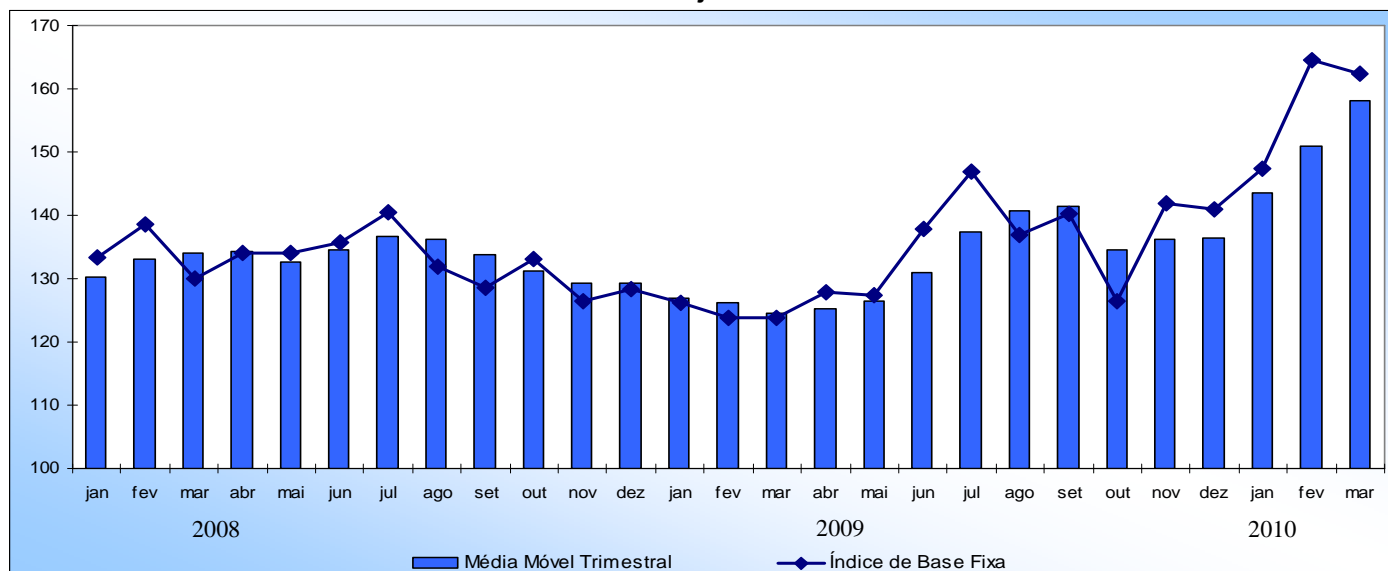
No mês de março/10 a produção industrial de Goiás cresceu 23,7%, sustentado pelo desempenho da indústria de transformação (26,7%), uma vez que o

<sup>1</sup> Daniela Vieira de Oliveira, Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Lucelena Fátima de Melo, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha, Marcos Fernando Arriel e Rafael Marques de Camargos

setor extrativo recuou 4,2%. No primeiro segmento, quatro dos cinco setores apontaram expansão na produção, com produtos químicos (135,8%) e alimentos e bebidas (15,7%) exercendo os principais impactos

sobre a média global. Nessas atividades, sobressaíram-se a expansão na produção de medicamentos, soros e sabões ou detergentes, no primeiro ramo, e maionese e refrigerantes no segundo.

**Gráfico 1 - Produção Industrial – Goiás**  
Índices de Base Fixa (2002=100)  
Série com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

A produção industrial goiana mostrou aceleração em seu ritmo produtivo no fechamento do primeiro trimestre de 2010, com crescimento de 26,7%, contra 4,4% no quarto trimestre de 2009, ambas as comparações contra igual período do ano anterior. A melhora neste primeiro

trimestre ocorreu em todos os ramos pesquisados, sendo que os segmentos com maiores destaque e influência na formação da taxa global foram: Produtos químicos, que passou de 62,6% para 173,8% e alimentos e bebidas (de -7,4% para 11,4%). (tabela 1)

**Tabela 1 - Estado de Goiás: Pesquisa Industrial (Base: Igual período do ano anterior =100)**

Segmentos	2009				2010
	1º tri	2º tri	3º tri	4º tri	1º tri
Indústria geral	-6,94	-2,39	4,92	4,37	26,72
Indústria extrativa	3,39	-1,01	-2,32	1,52	0,17
Indústria de transformação	-7,94	-2,52	5,58	4,61	29,60
Alimentos e bebidas	-2,62	-5,97	-2,78	-7,39	11,40
Produtos químicos	-31,26	20,50	48,95	62,56	173,82
Minerais não metálicos	-1,81	-7,45	6,86	8,34	19,09
	-16,54	2,63	7,59	19,38	6,70

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Os resultados deste primeiro trimestre para a indústria goiana refletem as particularidades regionais e a dinâmica de alguns setores, tais como a química e a de minerais não metálicos. Um indicador disso foi o resultado apurado pela pesquisa, com aumento de 173,8%, para a produção de medicamentos e adubos e fertilizantes. Este salto foi devido ao crescimento da

demanda por medicamentos, tanto no mercado interno quanto no externo. Em 2010 a indústria farmacêutica começou a exportar para o Chile e ampliou as vendas para Angola, sem contar o aumento nas vendas de medicamentos para as prefeituras para o combate a dengue.

Os dados apontados pela pesquisa até março/10 indicam que o Estado de Goiás caminha de forma sólida rumo ao fortalecimento econômico neste ano, reforçando a perspectiva da retomada dos investimentos e o dinamismo do mercado consumidor interno. Dados do Caged do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE confirmam o bom momento, pois, no primeiro trimestre Goiás gerou 34.657 novos postos de trabalho, superior ao número de empregos gerados durante todo ano de 2009 (34.404 postos).

### Comércio Varejista

Segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, o Comércio Varejista de Goiás apresentou no 1º trimestre, em termos de volume de vendas, acréscimos da ordem de 15,98% no primeiro trimestre de 2010 com relação ao primeiro trimestre de 2009. Para o mesmo indicador, a receita nominal de vendas apresentou taxa de variação de 16,33%.

**Tabela 2 - Estado de Goiás e Brasil: Variação do volume de vendas no comércio varejista - 1º Trimestre**

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	mar*	1º Tri*	mar*	1º Tri*
<b>Comércio varejista geral</b>	<b>15,71</b>	<b>12,78</b>	<b>15,11</b>	<b>15,98</b>
Combustíveis e Lubrificantes	6,42	5,36	3,54	2,53
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	15,34	12,39	7,10	13,19
Hipermercados e Supermercados	15,14	12,14	7,02	13,21
Tecidos, vestuários e calçados	15,67	9,53	23,81	13,81
Móveis e eletrodomésticos	25,67	21,65	29,92	28,70
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	15,14	13,39	25,07	17,76
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,92	8,28	2,14	-3,57
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	35,35	29,92	-2,09	-4,68
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,39	6,44	4,56	0,15
<b>Comércio varejista ampliado geral</b>	<b>22,00</b>	<b>15,53</b>	<b>26,02</b>	<b>18,50</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	32,39	20,67	35,88	20,53
Material de construção	19,50	14,72	30,32	22,89

\* Variação em relação ao mesmo mês e mesmo trimestre do ano anterior

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

**Tabela 3 - Estado de Goiás e Brasil: Variação da Receita Nominal no comércio varejista - 1º Trimestre**

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	mar*	1º Tri*	mar*	1º Tri*
<b>Comércio varejista geral</b>	<b>19,06</b>	<b>15,64</b>	<b>15,57</b>	<b>16,33</b>
Combustíveis e Lubrificantes	9,09	9,27	3,31	5,45
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	19,67	15,45	9,00	14,14
Hipermercados e Supermercados	19,45	15,21	8,87	14,14
Tecidos, vestuários e calçados	21,43	15,45	26,09	17,19
Móveis e eletrodomésticos	25,82	20,94	27,67	25,44
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	19,62	18,36	30,34	23,67
Livros, jornais, revistas e papelaria	12,47	12,90	6,52	0,19
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	26,19	21,43	-6,09	-10,80
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	16,64	15,13	11,13	7,68
<b>Comércio varejista ampliado geral</b>	<b>23,78</b>	<b>17,23</b>	<b>27,24</b>	<b>18,81</b>
Veículos, motocicletas, partes e peças	31,95	19,99	38,13	20,12
Material de construção	23,66	18,95	37,09	28,21

\* Variação em relação ao mesmo mês e mesmo trimestre do ano anterior

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

O incremento no volume de vendas e na receita nominal de vendas do comércio varejista geral no primeiro trimestre ficou acima do percentual nacional. No comércio varejista ampliado, o incremento em Goiás foi maior que o brasileiro tanto na variação de março, quanto no acumulado do trimestre, tanto para receitas, quanto para o volume de vendas, conforme é demonstrado nas tabelas 2 e 3.

### Resultados Setoriais

Nos resultados do trimestre, oito das dez atividades do comércio varejista geral e ampliado obtiveram variações positivas em termos de volume de vendas, listadas a seguir pela ordem decrescente de magnitude das taxas: Móveis e eletrodomésticos (28,70%); Material de construção (22,89%); Veículos e motocicletas, partes e peças (20,53%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (17,76%); Tecidos, vestuário e calçados (13,81%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (13,19%); Combustíveis e lubrificantes (2,53); Outros artigos de uso pessoal e doméstico (0,15%). As atividades com variação negativa foram Livros, jornais, revistas e papelaria (-3,57%) e Equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-4,68%).

O aumento de 28,70% no volume de vendas no trimestre da atividade *Móveis e eletrodomésticos* decorre não só de fatores econômicos, como a melhoria do crédito e queda dos preços da chamada linha branca proporcionada pela redução do IPI, entre outros; mas também de um fator estatístico: redução do ritmo de vendas no trimestre-base de comparação (primeiro trimestre de 2010). Na variação de março com relação ao ano anterior, o segmento revela uma taxa ainda maior de desempenho, 29,92%.

A atividade *Material de Construção* apresentou no acumulado do trimestre um crescimento de 22,89% no volume de vendas. Após um longo período de queda, esta atividade apresentou o quinto resultado positivo de 30,32% em relação ao ano anterior. Esses resultados mostram que os incentivos oficiais de redução do IPI

para um conjunto de produtos básicos do ramo, implementados a partir de abril/09, surtiram efeito positivo, com o segmento se recuperando, portanto, dos efeitos da crise financeira.

A atividade *Veículos e motores, partes e peças*, que integra o Comércio Varejista Ampliado, obteve um crescimento de 20,53% no trimestre. Essa atividade é uma das que mais se retraíram com os impactos iniciais da crise financeira internacional e obteve um resultado positivo graças à política de redução do IPI para veículos de até 2000 cilindradas, implementada ainda no final de 2008; auxiliada no decorrer de 2009 pela gradativa retomada do crédito.. O término da redução do IPI no mês de março certamente levou às antecipações de compra e também contribuiu com o maior incremento do mês de março.

O segmento *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria* apresentou taxa acumulada de 17,76% no trimestre e crescimento de 25,07% nas vendas na comparação com março de 2009. Para estes indicadores, o crescimento na receita nominal de vendas foi de 23,67% e 30,34%, respectivamente. Os principais fatores a contribuir para isto foram a manutenção do crescimento da massa real de salários; a ampliação da oferta de medicamentos genéricos – estimulando o consumo por alternativas mais vantajosas de preços; e a própria essencialidade dos produtos do gênero.

O segmento *Tecidos, vestuário e calçados*, apresentou crescimento no volume de vendas de 13,81% no trimestre. O incremento nas vendas na comparação com março do ano passado também foi positivo, com acréscimo de 23,81%. Para a receita nominal de vendas estes indicadores apresentaram resultados positivos de 17,19% e 26,09%, respectivamente.

*Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* apresentaram variação de 13,19% no primeiro trimestre e 7,10% nas vendas em março, sobre igual mês do ano anterior. A receita nominal da atividade em março10/março09 e no trimestre foram de



9,00% e 14,14%, respectivamente. Este desempenho foi proporcionado em grande parte pelo aumento da massa real de salários e pela estabilização dos preços dos alimentos; aliados à ampliação do programa de transferência de renda, que tem no bolsa família o principal destaque.

A atividade *Combustíveis e lubrificantes* apresentou o terceiro resultado positivo (3,54%) após 8 meses de queda consecutiva no volume de vendas na comparação com o ano anterior. A receita nominal apresentou resultado positivo com aumento de 3,31% para este indicador. No trimestre, houve crescimento de 2,53% no volume de vendas e de 5,45% na receita nominal.

A atividade *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que engloba diversos segmentos do varejo, como por exemplo, lojas de departamentos, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos, etc., apresentou um crescimento no volume de vendas no primeiro trimestre de 2010 de apenas 0,15%. Este foi o segmento do comércio varejista menos afetado pela crise econômica mundial e neste início de ano vem apresentando fracas

taxas de crescimento. Na relação março10/março09 este segmento apresenta incremento de 4,56%.

*Livros, jornais, revistas e papelaria* apresentou variação nas vendas em março, sobre igual mês do ano anterior, de 2,14% e de -3,57% no primeiro trimestre. As variações de receita nominal foram de 6,52% sobre março de 2009 e de 0,19% no primeiro trimestre.

O segmento de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* obteve decréscimo de 4,68% no volume de vendas e de 10,80% na receita nominal no trimestre. Na relação março10/março09 esta atividade apresentou o maior decréscimo, 2,09%, e para a receita nominal, a redução é de 6,09%.

### Agricultura

A produção goiana de grãos, no primeiro trimestre de 2010, registrou decréscimo de 3,02%, passando de 13,270 mil toneladas em 2009 para 12,869 mil toneladas na posição de março de 2010. É o que aponta a estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias - GCEA /IBGE.

**Tabela 4- Estado de Goiás: Área colhida, produção e rendimento médio dos principais produtos – 2009 - 2010.**

Produto	Safrá 2009 (1)			Safrá 2010 - março			Variações (%)		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
Soja	2.315.888	6.808.587	2.940	2.458.000	7.517.220	3.058	6,14	10,41	4,01
Milho (1ª safrá)	527.735	3.187.737	6.040	387.000	2.293.596	5.927	-26,67	-28,05	-1,87
Milho (2ª safrá)	370.280	1.750.110	4.726	229.420	1.117.500	4.871	-38,04	-36,15	3,07
Sorgo granífero	302.715	758.667	2.506	145.663	408.119	2.802	-51,88	-46,21	11,81
Algodão herbáceo	54.870	227.307	4.143	44.800	183.680	4.100	-18,35	-19,19	-1,04
Arroz de sequeiro	95.595	205.502	2.150	86.400	182.218	2.109	-9,62	-11,33	-1,91
Feijão (1ª safrá)	55.760	119.520	2.143	46.800	103.135	2.204	-16,07	-13,71	2,85
Feijão (2ª safrá)	19.521	29.628	1.518	17.340	38.103	2.197	-11,17	28,60	44,73
Tomate industrial	15.763	1.281.241	81.282	8.373	636.341	75.999	-46,88	-50,33	-6,50
Tomate de mesa	2.346	124.755	53.178	1.974	133.577	67.668	-15,86	7,07	27,25
Cana-de-açúcar	518.768	44.064.470	84.941	575.996	50.020.804	86.842	11,03	13,52	2,24

Fonte: GCEA - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.

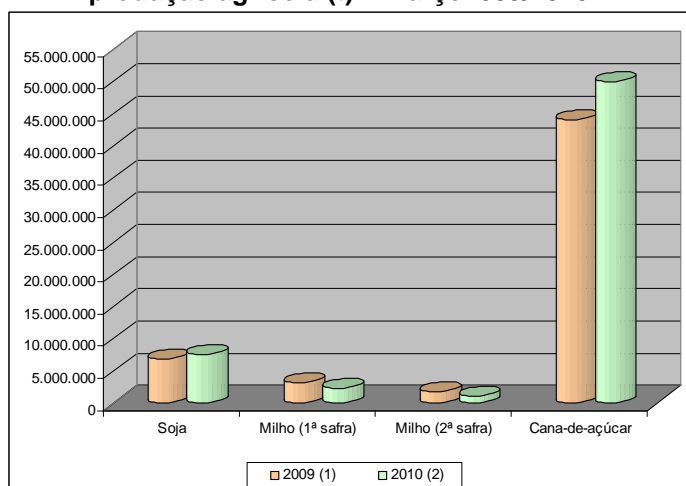
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica – 2010.

(1) Preliminar.

No período em análise os produtos que apresentaram expansão na quantidade produzida, foram: feijão 2ª safrá (28,60%), cana-de-açúcar (13,52%), soja (10,41%) e tomate de mesa (7,07%). Apresentaram queda: sorgo

(-46,21%), milho 2ª safrá (-36,15%), milho 1ª safrá (-28,05%), algodão herbáceo (-19,19%), feijão 1ª safrá (13,71%), tomate industrial (-50,33%) e arroz sequeiro (-11,33%).

**Gráfico 2 - Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – março 2009/2010**



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA

Elaboração: SEPLAN / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

(1) Preliminar  
(2) Posição: março

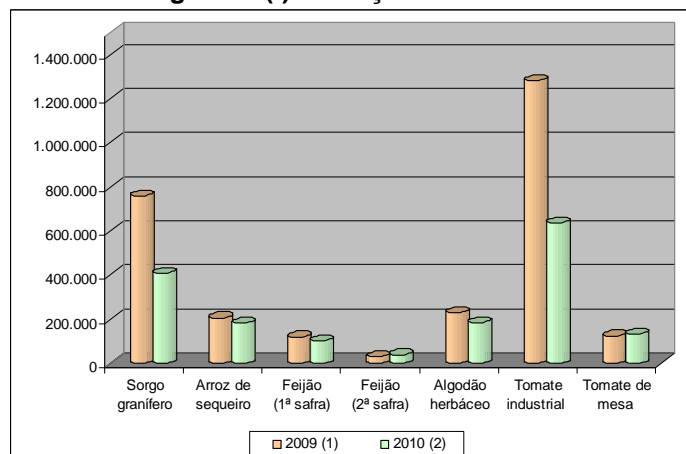
A cultura da **soja** manteve crescimento, o que já era esperado, tanto na produção, 10,41%, quanto na área plantada, 6,14%, em relação à safra anterior. A expansão da lavoura de soja ocorre, principalmente, em áreas anteriormente ocupadas com a cultura do milho. Foram colhidas 7,517 mil toneladas no primeiro trimestre de 2010, ante 6,808 mil toneladas na safra de 2009, com aumento no rendimento médio de 4,01%. Os preços continuam em retração, girando entre R\$28,00 a R\$ 29,00 a saca, valor este insatisfatório para remunerar a atividade, com agravante do aumento do custo de produção, em razão do prolongado período chuvoso, necessitando de mais pulverizações para o combate/controlar pragas e doenças. Em algumas regiões foram registradas ocorrências de mofo e mosca branca.

O **milho (1ª safra)** confirmou a redução de 26,67% na área colhida, 28,05% na produção e de 1,87% na produtividade, em relação à safra anterior. Preço atual no pico da safra foi pouco atrativo, desestimulando os produtores. As principais regiões produtoras enfrentam dificuldades no armazenamento, os produtores optaram por retardarem o período de colheita como forma de redução de custos. **Milho (2ª safra)** teve redução de

38,04% na área colhida, 36,15% na produção, embora tenha registrado acréscimo de 3,07% no rendimento médio atingindo 4.871 mil kg/ha.

A produção de **cana de açúcar**, no primeiro trimestre de 2010, apresentou resultado positivo, com expansão de 13,52% na produção, comparado à safra de 2009. A área colhida expandiu 11,03%, e o rendimento médio expandiu 2,24%, chegando a 86.842 kg/ha.

**Gráfico 3 - Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – março 2009/2010**



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA

Elaboração: SEPLAN / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

(1) Preliminar  
(2) Posição: março

A área cultivada de **sorgo** reduziu em 51,88%, a produção reduziu em 46,21% e houve acréscimo de 11,81% no rendimento médio, desempenho previsto, motivado pelo mercado deficitário e preferência do produtor pela cultura do milho de 2ª safra.

O cultivo de **arroz de sequeiro** continua em decréscimo, pela inviabilidade econômica. No primeiro trimestre de 2010, a cultura apresentou decréscimo de 9,62% na área colhida, chegando a 86.400 ha e 11,33% na quantidade produzida. Houve queda também no rendimento médio de 1,91%, ou seja, foram produzidos 2.109 kg/ha.

**Feijão (1ª safra)** - A cultura apresentou redução de 16,07% na área colhida e 13,71% na produção em relação à safra de 2009, com variação positiva de

2,85% na produtividade. A queda na área cultivada é explicada pela queda nos preços do produto.

Em relação ao **feijão (2ª safra)** houve redução de 11,17% na área cultivada, a produção foi de 38.103t, com acréscimo de 28,60% e o rendimento médio atingiu 2.197 kg/ha, ante 1.518 kg/ha, na safra de 2009, com aumento de 44,73%.

Em relação à cultura de algodão, segundo o levantamento do LSPA, houve retração de 18,35% na área colhida e de 19,19% na produção. A cultura continua perdendo importância no Estado, cedendo a outras culturas com maior rentabilidade. Alguns produtores mudando a técnica de produção estão investindo no plantio adensado com intuito de melhorar a rentabilidade do produto.

O tomate industrial conforme apurou a pesquisa, apresentou redução na área colhida e na produção, acredita-se que haja reversão nessa queda estimada, em razão da fácil comercialização da produção, no mercado local.

A previsão até o final deste ano para a produção agrícola goiana é positiva para os produtos com maior importância para a economia do setor: soja, feijão 2ª safra, tomate de mesa e cana de açúcar.

O cenário econômico para o produtor agrícola é promissor, devido à questão cambial, com a recuperação do preço do dólar, que deve favorecer o preço para a negociação com o mercado externo. O momento agora é de aproveitar as condições favoráveis para a próxima safra, sobretudo no que diz respeito à melhora de preços de venda e a perspectiva de menos instabilidade.

### Comércio Exterior

A balança comercial do Estado de Goiás, no primeiro trimestre de 2010, registrou saldo negativo de US\$ 155,062 milhões, apresentando decréscimo de 588,68% em relação ao mesmo período de 2009. As exportações foram de US\$ 786,225 milhões e as importações US\$ 941,286 milhões. A corrente de comércio (somatório das exportações e importações) totalizou US\$ 1,727 bilhão.

**Tabela 5 - Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial - 2009 - 2010**

(US\$ 1.000 FOB)

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
<b>2009</b>	<b>624.590</b>	<b>592.858</b>	<b>31.731</b>	<b>1.217.448</b>	<b>31.177.551</b>	<b>28.189.382</b>	<b>2.988.171</b>	<b>59.366.933</b>
Janeiro	197.913	159.304	38.608	357.217	9.781.920	10.311.438	-529.517	20.093.358
Fevereiro	163.899	162.254	1.645	326.153	9.586.406	7.825.324	1.761.082	17.411.730
Março	262.778	271.300	-8.522	534.078	11.809.225	10.052.620	1.756.606	21.861.845
<b>2010</b>	<b>786.225</b>	<b>941.286</b>	<b>-155.062</b>	<b>1.727.511</b>	<b>39.229.803</b>	<b>38.337.455</b>	<b>892.348</b>	<b>77.567.258</b>
Janeiro	160.095	358.241	-198.146	518.336	11.305.067	11.473.725	-168.658	22.778.792
Fevereiro	241.711	243.638	-1.927	485.349	12.197.237	11.804.574	392.663	24.001.811
Março	384.419	339.407	45.011	723.826	15.727.499	15.059.156	668.343	30.786.655
<b>Varição (%)</b>								
<b>2010/2009</b>	<b>25,88</b>	<b>58,77</b>	<b>-588,68</b>	<b>41,90</b>	<b>25,83</b>	<b>36,00</b>	<b>-70,14</b>	<b>30,66</b>

Fonte: MDIC.

Preliminar

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010.

Nota: O total não corresponde à soma exata, devido aos arredondamentos.

As exportações goianas no primeiro trimestre de 2010 somaram US\$ 786,225 milhões, com acréscimo de 25,88%, em relação ao mesmo período do ano passado. Em 2009, ano em que ocorreu a crise financeira internacional, houve uma grande redução da demanda internacional que fez com que diminuísse a

intensidade do comércio tanto nos países desenvolvidos quanto nos emergentes, neste contexto as exportações goianas também foram afetadas. Neste primeiro trimestre de 2010, as perspectivas são otimistas, pois o mundo voltou a comprar, sinalizando recuperação das exportações.

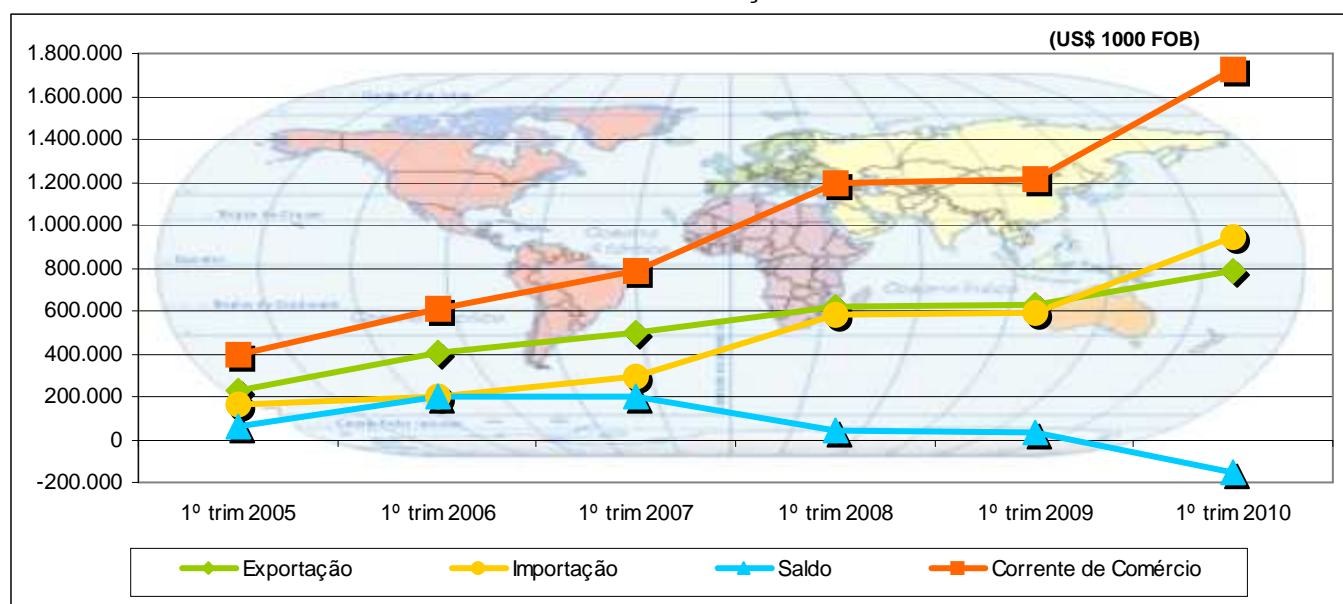
Em janeiro de 2010 as vendas externas recuaram, principalmente pelo fraco desempenho nas vendas do complexo soja e setor mineral, sendo o recuo conseqüência dos menores preços internacionais. Internamente ocorreu o período de entressafra e o volume ofertado de grãos foi muito pequeno. No item minérios, que tem peso na balança comercial do Estado, a extração foi prejudicada pelo excesso de chuva no período das vendas.

No mês de fevereiro do corrente ano, comparado ao

ano passado, as exportações cresceram 47,48% iniciando o processo de recuperação da crise financeira que afetou as exportações, principalmente no último trimestre de 2008.

Em março de 2010 as exportações cresceram 59,04% em relação ao mês anterior, impulsionadas, principalmente, pela retomada das vendas de soja e derivados, com isso, o complexo soja reassumiu a liderança na pauta de exportações, respondendo por 48,91% (US\$ 188,018 milhões) do total exportado.

**Gráfico 4 - Estado de Goiás: Balança comercial – 2005 - 10.**

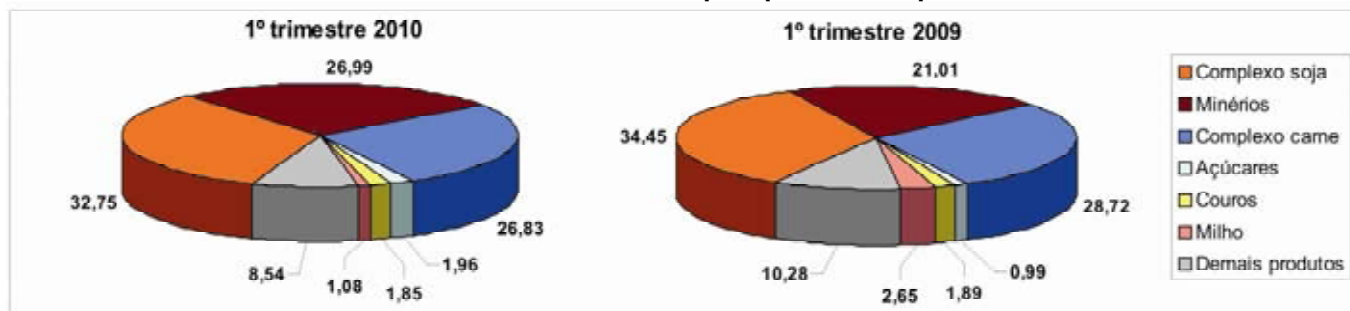


Fonte: MDIC  
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

Na pauta de exportação, o complexo soja liderou a lista no primeiro trimestre de 2010, respondendo por 32,75% das exportações goianas, atingindo o montante de US\$ 257,481 milhões. Em seguida vieram complexo minério,

com um valor de US\$ 212,212 milhões, representando 26,99% do total exportado. O complexo carne foi responsável por 26,83% da pauta. Estes três representaram 86,57% das exportações goianas, atingindo o valor de US\$ 680,637 milhões.

**Gráfico 5 - Estado de Goiás: Principais produtos exportados - 2009-2010**

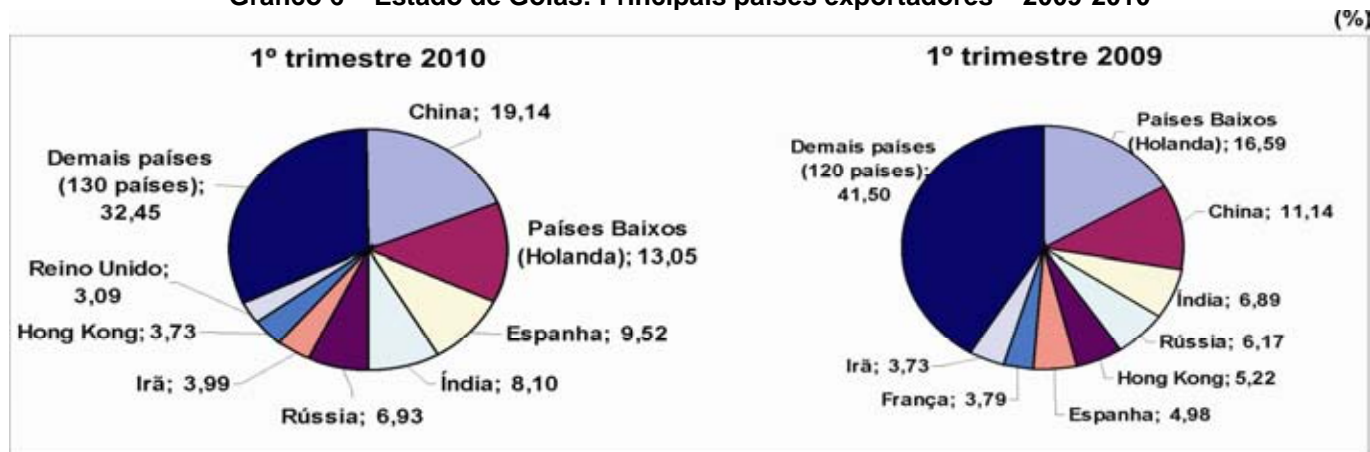


Fonte: MDIC  
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

Os maiores compradores dos produtos goianos no período de janeiro a março de 2010 foram: China US\$ 150,485 milhões (19,14%), Países Baixos (Holanda) US\$ 102,641 milhões (13,05%), Espanha US\$ 74,846 milhões (9,52%), Índia US\$ 63,713 milhões (8,10%),

Rússia US\$ 54,477 milhões (6,93%), Irã US\$ 31,344 milhões (3,99%), Hong Kong US\$ 29,292 milhões (3,73%) e Reino Unido US\$ 24,310 milhões (3,09%). No primeiro trimestre de 2010, Goiás exportava para 130 países, contra 120 no mesmo período de 2009.

**Gráfico 6 – Estado de Goiás: Principais países exportadores – 2009-2010**



Fonte: MDIC  
Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2010

Os principais municípios exportadores neste primeiro trimestre de 2010 foram: Alto Horizonte com US\$ 115,207 milhões, com destaque para sulfetos de minérios de cobre; Luziânia com US\$ 54,986 milhões, destaque para soja; Palmeiras de Goiás com US\$ 48,128 milhões, principalmente complexo carne; Itumbiara com US\$ 38,851 milhões, exportou soja e derivados; Mozarlândia com US\$ 30,675 milhões, com destaque para vendas de carnes e Ouidor que exportou US\$ 27,564 milhões, sobressaindo as exportações de ferronióbio.

As importações no período em análise somaram US\$ 941,286 milhões, contra US\$ 592,858 milhões no mesmo período do ano passado, crescimento de 58,77%. Em janeiro de 2010 o montante importado atingiu o valor de US\$ 358,241 milhões, 124,88% de acréscimo, comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse valor foi recorde nos últimos dez anos nos meses de janeiro. Contribuiu para o aumento, principalmente, a baixa cotação do dólar. As empresas goianas aproveitaram o dólar favorável, para adquirirem no mercado externo, veículo e suas partes, máquinas e equipamentos, insumos para a fabricação de produtos

farmacêuticos e adubos e fertilizantes, entre outros itens.

As importações goianas em fevereiro de 2010 atingiram US\$ 243,638 milhões, 50,16% maiores em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esse valor mostra que as importações estão crescendo, principalmente pelo segmento de automóveis. O setor produtivo voltou a investir, aproveitando a baixa do preço do dólar e a recuperação da economia.

Em março do corrente ano o montante importado foi de US\$ 339,408 milhões, com expansão de 39,31%, em comparação com o mês anterior e 25,10% em relação ao mesmo mês do ano anterior. As importações continuam crescendo, porque, além do dólar baixo, os empresários também estão investindo mais em matérias-primas e insumos para incrementar a produção que voltou a crescer.

Os principais produtos importados no trimestre foram: veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios US\$ 478,536 milhões (50,84%), produtos farmacêuticos US\$ 179,620 milhões (19,08%), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc, mecânicos

US\$ 84,289 milhões (8,95%), adubos ou fertilizantes US\$ 38,920 milhões (4,13%), produtos químicos orgânicos US\$ 33,515 milhões (3,56%), máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc US\$ 26,894 milhões (2,86%), instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc. US\$ 14,850 milhões (1,58%), preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc. US\$ 10,727 milhões (1,14%) e plásticos e suas obras US\$ 10,532 milhões (1,12%).

Os principais municípios importadores, segundo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no 1º trimestre de 2010, foram: Anápolis que registrou compras no exterior de US\$ 586,828 milhões, por causa das importações de veículos e suas partes e de insumos; Catalão que totalizou US\$ 229,032 milhões, na aquisição de veículos e suas partes e equipamentos agrícolas; Goiânia importou principalmente, máquinas, aparelhos e material elétrico, produtos farmacêuticos, com total de US\$ 56,876 milhões; Rio Verde com total de US\$ 22,379 milhões, na aquisição de produtos agrícolas; Aparecida de Goiânia com um total de US\$ 10,186 milhões na importação de produtos químicos e produtos farmacêuticos; Nerópolis com US\$ 7,625 milhões em produtos alimentícios.

Os países com os quais Goiás realizou maiores volume de compras no período de janeiro a março de 2010 foram: Coréia do Sul US\$ 354,694 milhões (37,68%),

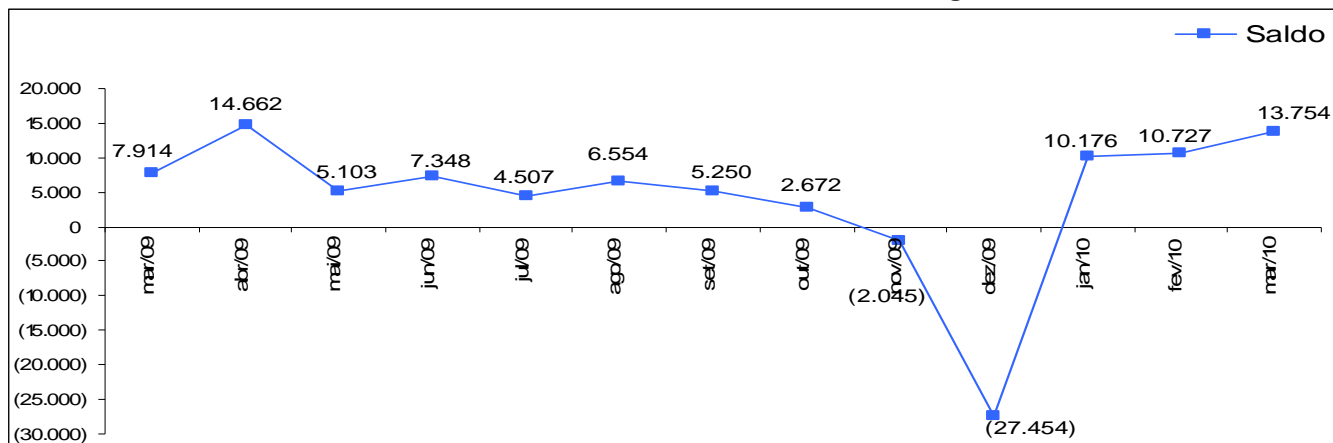
Japão US\$ 143,921 milhões (15,29%), Suíça US\$ 88,441 milhões (9,40%), Estados Unidos US\$ 85,372 milhões (9,07%), Tailândia US\$ 63,135 milhões (6,71%), França US\$ 45,824 milhões (4,87%), China US\$ 29,728 milhões (3,16%).

As perspectivas da balança comercial goiana para o ano de 2010 são bastante animadoras, apesar de ser cedo para afirmar que o comércio mundial já superou definitivamente os efeitos da crise. Primeiro, porque a recuperação recente se deu sobre uma base de comparação muito baixa, que foi justamente o período mais grave da crise, e o índice de demanda externa ainda permanece bem abaixo dos níveis alcançados em 2008.

### Emprego Formal

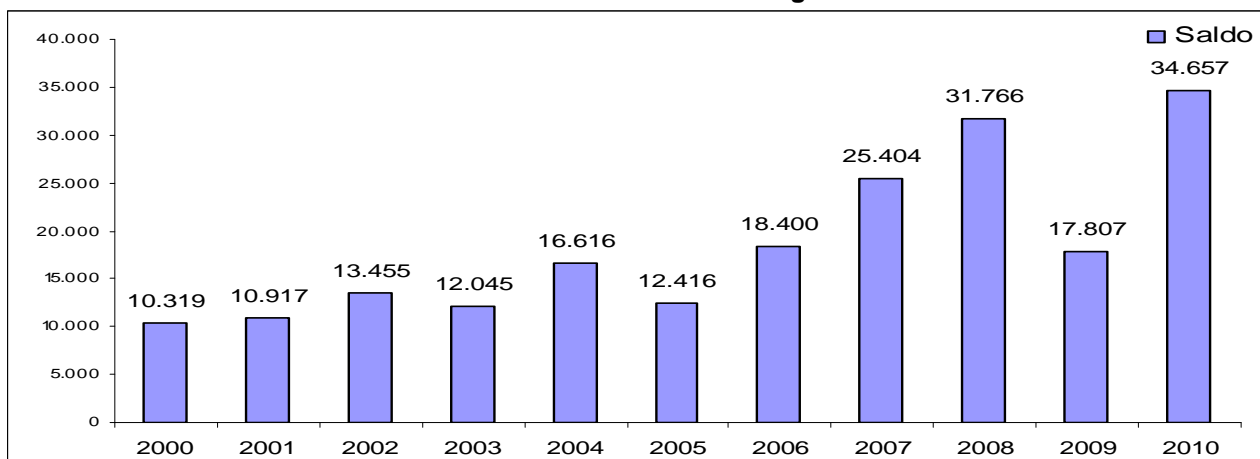
Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, Caged, no primeiro trimestre de 2010 foram gerados 34.657 empregos celetistas em Goiás, o que provocou uma variação de 3,77% no estoque de empregos. Com este resultado o Estado apresentou o maior volume de empregos formais registrado para o trimestre. Os setores de atividade econômica que mais contribuíram para esta expansão foram indústria de transformação, serviços e agropecuária. Nos doze meses anteriores foram gerados 25.841 postos com variação de 3,03% no estoque de empregos formais

**Gráfico 7 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – 2009/10**



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

**Gráfico 8 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – 1º trimestre 2000/10**



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

### Setores de atividades

No trimestre, excetuando-se o setor de serviços industriais de utilidade pública, que apresentou um saldo negativo de 457 empregos, todos os outros grandes setores tiveram um resultado positivo entre admissões e demissões. Os principais dinamizadores do emprego com carteira no primeiro trimestre de 2010 foram: indústria de transformação, com acréscimo de 12.936 postos, serviços, com 6.692, e agropecuária, com 6.371 oportunidades de trabalho.

A atividade do setor da indústria de transformação que mais contribuiu para o resultado citado foi a produção de alimentos e bebidas (9.436 vagas), especificamente no segmento sucroalcooleiro. A agropecuária foi influenciada pela dinâmica industrial no Estado e o segmento mais beneficiado foi o cultivo de cana de açúcar, com geração de 4.369 empregos formais no primeiro trimestre. No setor de serviços, a atividade que mais gerou empregos foi a de alojamento e alimentação com um saldo de 2.464 vagas no primeiro trimestre de 2010.

**Tabela 6 - Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade econômica – 2009/10**

Setores	1º trim./2010				No ano				Em 12 meses			
	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)
<b>Extrativa mineral</b>	621	417	204	3,12	621	417	204	3,12	2.150	1.984	621	417
<b>Indústria de transformação</b>	36.443	23.507	12.936	6,76	36.443	23.507	12.936	6,76	128.133	114.808	36.443	23.507
Prod minerais não metálicos	2.058	1.644	414	3,65	2.058	1.644	414	3,65	7.267	6.569	2.058	1.644
Metalúrgica	1.693	1.238	455	4,18	1.693	1.238	455	4,18	5.949	5.282	1.693	1.238
Mecânica	979	702	277	6,42	979	702	277	6,42	3.034	2.827	979	702
Material elétrico e comunicação	156	138	18	2,18	156	138	18	2,18	489	532	156	138
Material de transporte	870	333	537	12,54	870	333	537	12,54	2.065	1.025	870	333
Madeira e mobiliário	1.397	1.060	337	4,13	1.397	1.060	337	4,13	4.713	3.840	1.397	1.060
Papel, papelão, editorial e gráfica	1.023	995	28	0,38	1.023	995	28	0,38	3.764	3.450	1.023	995
Borracha, Fumo e Couros	818	674	144	2,52	818	674	144	2,52	2.939	2.869	818	674
Químico, Prod Farmacêutico e Veterinário	3.257	2.492	765	3,37	3.257	2.492	765	3,37	11.566	9.267	3.257	2.492
Têxtil e vestuário	3.402	2.842	560	2,27	3.402	2.842	560	2,27	13.641	13.039	3.402	2.842
Calçados	165	200	-35	-2,27	165	200	-35	-2,27	793	819	165	200
Prod Alimentícios e Bebidas	20.625	11.189	9.436	10,54	20.625	11.189	9.436	10,54	71.913	65.289	20.625	11.189
<b>Serviço industrial de utilidade pública</b>	366	823	-457	-5,02	366	823	-457	-5,02	1.887	2.274	366	823
<b>Construção civil</b>	23.444	17.889	5.555	7,29	23.444	17.889	5.555	7,29	81.547	73.674	23.444	17.889
<b>Comércio</b>	32.377	29.322	3.055	1,4	32.377	29.322	3.055	1,4	126.458	116.084	32.377	29.322
Com varejista	27.355	24.999	2.356	1,28	27.355	24.999	2.356	1,28	107.292	98.530	27.355	24.999
Com atacadista	5.022	4.323	699	2,02	5.022	4.323	699	2,02	19.166	17.554	5.022	4.323
<b>Serviços</b>	44.947	38.250	6.697	2,1	44.947	38.250	6.697	2,1	159.395	140.351	44.947	38.250
Inst financeiras	505	354	151	1,28	505	354	151	1,28	1.890	1.493	505	354
Com. e adm imóveis	12.569	11.002	1.567	2,11	12.569	11.002	1.567	2,11	46.930	40.136	12.569	11.002
Transporte e Comunicação	7.072	6.090	982	2,23	7.072	6.090	982	2,23	25.616	23.125	7.072	6.090
Alojamento, alimentação	18.004	15.540	2.464	1,95	18.004	15.540	2.464	1,95	64.168	56.781	18.004	15.540
Médicos e odontológicos	2.645	2.166	479	1,58	2.645	2.166	479	1,58	9.600	8.104	2.645	2.166
Ensino	4.152	3.098	1.054	3,33	4.152	3.098	1.054	3,33	11.191	10.712	4.152	3.098
<b>Administração pública</b>	577	281	296	1,29	577	281	296	1,29	1.084	695	577	281
<b>Agropecuária</b>	19.599	13.228	6.371	8,36	19.599	13.228	6.371	8,36	67.862	67.392	19.599	13.228
<b>Total</b>	<b>158.374</b>	<b>123.717</b>	<b>34.657</b>	<b>3,77</b>	<b>158.374</b>	<b>123.717</b>	<b>34.657</b>	<b>3,77</b>	<b>568.516</b>	<b>517.262</b>	<b>158.374</b>	<b>123.717</b>

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

# A competitividade dos municípios de Goiás

**Resumo:** Este artigo é resultado de um trabalho técnico - Ranking dos Municípios Goianos: Os Municípios mais Competitivos do Estado de Goiás - 2009, realizado na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás por meio da sua Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (Seplan/SePin) e divulgado no seu sítio. O objetivo é o de analisar a competitividade dos municípios goianos relativamente às dimensões "Dinamismo, Riqueza Econômica, Infraestrutura Econômica, Localização Estratégica, Logística, Qualidade de Vida, Mão de obra, Infraestrutura Tecnológica e Políticas de Incentivos Financeiros e Tributários", no intuito de oferecer informações para subsidiar o planejamento público bem como os investidores que têm interesse no Estado de Goiás.

## Introdução

O Estado de Goiás vem apresentando na última década resultados relevantes quanto ao crescimento econômico, evidenciados no crescimento do PIB, na diversificação de sua base econômica e na geração de emprego e renda. Entendendo-se que é nos municípios que as externalidades do crescimento econômico se manifestam, este trabalho busca compreender, por meio de um conjunto de indicadores e variáveis, a dinâmica desse processo, com a finalidade de evidenciá-los e estimular os municípios a melhorarem a performance de suas estruturas produtivas e a promoverem uma cultura empreendedora. Desta forma, acompanhar a dinâmica dos municípios goianos torna-se fator relevante para



*Eduiges Romanatto<sup>1</sup>*

subsidiar a alocação de recursos e investimentos governamentais e privados.

## Metodologia

A metodologia utilizada aborda os municípios com mais de 14.000 habitantes, o que perfaz um número de 65 municípios, nas dimensões: Dinamismo, Riqueza econômica, Infraestrutura econômica, Localização estratégica e logística; Qualidade de vida; Mão de obra; Infraestrutura tecnológica; e Política de incentivos financeiros e tributários. O município de Goiânia ficou fora do trabalho por ter diferencial nos quesitos abordados. As estatísticas utilizadas foram as oficialmente divulgadas até o primeiro semestre de 2009. As dimensões são detalhadas a seguir com a pontuação máxima de cada dimensão.

### Dinamismo (100 pontos):

- Taxa de crescimento nominal do VA (valor adicionado) do setor de serviços (Exceto APU-Administração Pública)
- Crescimento do consumo de energia elétrica industrial em proporção ao número de consumidores industriais
- Crescimento do consumo de energia elétrica comercial em proporção ao número de consumidores comerciais
- Taxa de crescimento da população total
- Crescimento das saídas do comércio varejista em proporção ao número de contribuintes do comércio varejista

<sup>1</sup>Servidor da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás e Mestre em Desenvolvimento Econômico.



- Crescimento nominal do VAF-Valor Adicionado Fiscal - em proporção ao número de contribuintes

#### **Riqueza Econômica (100 pontos)**

- PIB municipal
- Massa salarial
- Receita municipal
- População total
- Consumo total de energia elétrica

#### **Infraestrutura Econômica, Localização Estratégica/Logística (100 pontos)**

- Existência e infraestrutura de distrito industrial
- Proximidade a grandes centros consumidores
- Distância a terminais ferroviários
- Distância a terminais hidroviários
- Existência de aeroporto ou aeródromo e sua infraestrutura

#### **Qualidade de Vida (100 pontos)**

- Índice de violência
- Leitos hospitalares
- Percentual da população atendida com água
- Percentual da população atendida com rede de esgoto
- Matrícula no ensino fundamental em proporção à população (faixa etária 5 a 14 anos)
- Acessos telefônicos fixos em serviço por 100 habitantes
- Consumo de energia elétrica residencial per capita
- Salário médio do emprego formal

#### **Mão de obra (30 pontos)**

- Grau de instrução da mão de obra
- Percentual da população com emprego formal

- Força de trabalho especializada

#### **Infraestrutura Tecnológica (60 pontos)**

- Vagas ofertadas no ensino superior
- Quantidade de mestres e doutores
- Matrículas/vagas em cursos de capacitação de mão de obra
- Matrículas em curso de Educação Profissional

#### **Políticas de Incentivos Financeiros e Tributários (15 pontos)**

- Financiamentos realizados com recursos do FCO-Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

A pontuação é distribuída linearmente nas variáveis de cada dimensão. Para cada variável é obtida a seguinte relação: por exemplo, variação entre a média do consumo de energia elétrica industrial em 2008 e 2007 e a média de 2006 e 2005 para cada município. Depois disso, é calculada a participação ponderada de cada município no conjunto dos municípios e nas variáveis de cada dimensão. Depois multiplica-se o resultado pela pontuação entre parentes como indicado acima. No fim, se faz a média ponderada de todas as dimensões investigadas.

Os dados utilizados são provenientes de pesquisas secundárias e são os mais atualizados possíveis, na sua grande maioria até o ano de 2008. Algumas estatísticas são de anos anteriores, mas eram as oficialmente divulgadas à época da realização do trabalho.

#### **Resultados e Discussões**

Com a análise das dimensões e suas variáveis, chegamos à seguinte classificação de competitividade dos municípios goianos:

**Tabela 1 - Classificação dos municípios conforme sua competitividade**

Municípios	Dinamismo (100)	Riqueza Econômica (100)	Infraestrutura Econômica, Localização Estratégica e Logística (100)	Qualidade de Vida (100)	Mão de Obra (30)	Infraestrutura Tecnológica (70)	Políticas de Incentivos Financeiros e Tributário (15)	Média (Ponderada)
1 Anápolis	40,18	96,69	77,77	62,99	19,38	64,28	7,26	58,39
2 Rio Verde	55,60	65,92	63,84	63,88	19,55	33,66	15,00	53,29
3 Aparecida de Goiânia	51,53	80,12	74,15	49,42	16,68	15,90	4,88	49,17
4 Catalão	36,87	45,10	72,80	69,55	20,42	17,20	1,52	42,91
5 Senador Canedo	61,68	31,43	73,32	55,17	14,68	0,00	0,49	42,63
6 Itumbiara	30,00	32,64	67,87	68,92	17,39	24,97	2,58	39,20
7 Luziânia	35,96	37,28	66,30	41,93	11,17	12,06	0,20	34,41
8 Caldas Novas	33,96	15,18	64,79	66,71	14,40	7,81	0,75	33,94
9 São Simão	44,27	12,92	53,31	64,45	15,36	0,00	0,44	33,57
10 Mineiros	34,82	14,99	45,45	66,65	17,08	2,26	10,40	32,35
11 Niquelândia	43,85	18,50	25,36	54,93	21,64	12,21	4,09	32,06
12 Palmeiras de Goiás	47,53	6,60	43,96	59,72	12,73	0,00	1,61	31,38
13 Jataí	28,92	26,17	43,37	65,44	14,76	7,10	2,39	31,01
14 Quirinópolis	23,16	10,39	70,69	61,38	18,10	6,11	2,66	30,81
15 Trindade	30,72	15,13	53,32	58,58	12,87	8,24	0,97	30,08
16 Goianira	45,06	4,58	50,04	51,07	13,59	0,00	0,07	29,92
17 São Luis de Montes Belos	25,06	6,83	42,81	61,40	17,43	19,12	0,70	28,35
18 Goianésia	27,77	12,93	45,66	59,22	16,81	3,22	0,63	27,72
19 Valparaíso de Goiás	34,54	14,77	34,97	53,11	12,64	8,51	0,03	27,59
20 Inhumas	31,34	9,59	39,96	62,44	12,75	3,11	1,00	27,36
21 Morrinhos	22,92	9,94	46,17	59,69	13,41	3,62	1,78	25,78
22 Formosa	23,19	15,15	45,15	52,15	12,88	3,47	0,02	25,03
23 Itaberaí	33,57	7,77	30,68	48,32	12,91	2,53	4,00	24,77
24 Ceres	16,92	4,45	34,19	75,62	17,91	4,86	0,35	24,46
25 Bela Vista de Goiás	24,09	5,88	47,59	55,16	11,80	0,00	1,84	24,35
26 Uruaçu	24,21	5,55	44,96	54,16	13,55	2,19	1,49	24,33
27 Jaraguá	32,37	6,46	35,93	50,98	10,87	0,00	1,05	24,29
28 Porangatu	22,99	7,33	47,28	50,73	13,96	1,98	0,82	24,01
29 Alexânia	25,83	5,74	44,63	51,87	12,92	0,00	0,14	23,85
30 Nerópolis	28,46	6,00	33,52	54,74	15,26	0,00	0,17	23,80
31 Cidade Ocidental	27,70	5,54	34,72	57,31	13,50	0,00	0,00	23,78
32 Ipameri	11,68	6,37	60,49	57,38	10,49	0,39	1,37	22,84
33 Pires do Rio	13,07	6,78	46,67	63,64	13,20	0,82	0,56	22,54
34 Novo Gama	27,92	8,88	34,86	49,48	8,13	0,00	0,07	22,47
35 Anicuns	13,83	4,65	38,61	65,05	12,81	6,38	1,25	22,34
36 Bom Jesus de Goiás	28,61	4,95	30,85	49,58	11,13	0,00	0,82	22,08
37 Goiatuba	8,39	12,37	40,57	56,41	19,94	6,50	1,94	22,07
38 Minaçu	16,80	10,06	31,76	52,78	16,73	6,39	0,64	21,71
39 Águas Lindas de Goiás	25,41	12,95	33,83	44,64	7,28	0,73	0,05	21,47
40 Crixás	28,67	5,57	12,91	50,63	21,35	0,00	0,68	21,21
41 Piracanjuba	16,83	5,65	39,11	56,29	11,00	1,42	0,93	21,15
42 Posse	20,23	4,65	39,39	52,38	10,34	0,00	0,40	21,09
43 Hidrolândia	25,80	3,79	33,55	46,17	12,10	0,00	0,26	21,07
44 Santa Helena de Goiás	13,82	10,64	35,74	59,54	11,01	0,00	0,50	20,73
45 São Miguel do Araguaia	13,92	4,61	45,73	53,62	11,08	0,00	1,46	20,62
46 Pontalina	10,21	3,15	47,22	58,49	10,71	0,00	0,95	20,14

**Tabela 1 - Classificação dos municípios conforme sua competitividade**

Municípios	Dinamismo (100)	Riqueza Econômica (100)	Infraestrutura Econômica, Localização Estratégica e Logística (100)	Qualidade de Vida (100)	Mão de Obra (30)	Infraestrutura Tecnológica (70)	Políticas de Incentivos Financeiros e Tributário (15)	Média (Ponderada)
47 Iporá	10,47	4,95	42,11	55,50	14,45	2,03	0,56	20,08
48 Planaltina	23,16	9,85	27,79	48,32	7,97	0,00	0,01	20,04
49 Jussara	13,37	4,26	33,83	59,13	12,47	1,86	1,33	19,94
50 Cristalina	13,82	13,11	34,00	49,18	12,36	1,23	0,12	19,66
51 Pirenópolis	16,16	3,43	46,90	45,35	9,22	0,00	0,01	19,60
52 Rubiataba	18,59	3,46	23,34	52,72	10,92	5,23	0,71	19,08
53 Itapuranga	11,57	4,15	34,01	60,27	10,28	0,00	1,64	19,07
54 Padre Bernardo	24,02	4,12	30,73	39,93	10,28	0,00	0,03	19,02
55 Orizona	17,40	3,40	40,15	36,59	13,71	0,49	1,36	18,64
56 Campos Belos	19,95	2,83	19,57	52,19	13,86	0,00	0,25	18,37
57 Goiás	11,46	4,66	33,59	52,31	13,14	0,75	1,04	18,35
58 Itapaci	23,65	3,10	15,15	51,64	10,48	0,31	0,35	18,33
59 Santo Antônio do Descoberto	17,73	4,52	29,15	45,46	9,91	1,33	0,01	17,98
60 Aragarças	17,37	2,34	20,96	51,98	12,54	0,00	0,12	17,53
61 Cocalzinho de Goiás	15,59	2,23	28,14	45,32	13,30	0,00	0,00	17,17
62 Silvânia	9,99	4,47	27,99	51,77	11,39	0,00	1,46	16,72
63 Acreúna	9,51	5,18	21,63	53,67	10,12	0,00	0,33	15,71
64 Caiapônia	10,01	3,54	21,23	54,80	8,63	0,00	0,93	15,59
65 Uruana	11,78	2,21	21,13	41,83	12,01	0,00	0,34	14,44

\* O número entre parênteses representa a pontuação máxima que um município pode alcançar

Constituem características principais apresentadas pelos municípios melhores classificados o fato de serem os mais industrializados e por possuírem melhor infraestrutura econômica e/ou tecnológica, destacando-se Anápolis, Rio Verde, Catalão, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Itumbiara.

Também, pelo diferencial em alguma atividade econômica como o minério em Niquelândia, grande empresa de energia hidrelétrica e o Porto em São Simão, o turismo em Caldas Novas, o agronegócio e a agroindústria em Rio Verde, Mineiros e Jataí; ou por estarem atravessando um processo de crescimento decorrente de investimentos recentes como é o caso de Palmeiras de Goiás e Luziânia.

Muitos desses municípios estão recebendo volume considerável de investimentos oriundos de incentivos ao setor produtivo via FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste. Com isso os investimentos privados também são atraídos e estão modificando a estrutura econômica local como, por exemplo, Rio Verde,

Anápolis, Mineiros, Niquelândia, Quirinópolis, entre outros.

A partir de uma estratificação das características dos municípios mais competitivos é possível formar um grupo com Anápolis, Rio Verde e Catalão, municípios com certa consolidação da sua economia e que receberam a maior quantidade de recursos, entre 2004 e 2008 (exceto Catalão que é o 15º nesse quesito), de fontes como Programa Produzir e FCO. Esses municípios apresentam excelente infraestrutura como distritos industriais e aeroportos, localização estratégica e um PIB dos maiores no Estado. Esses municípios ainda possuem bons indicadores no que concerne à qualidade de vida como domicílios com água tratada, índice de violência tolerável e matrículas no ensino fundamental.

Outro grupo pode ser formado com Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Luziânia e em menor escala Trindade. Quanto aos três primeiros, eles são parecidos em alguns aspectos com o grupo anterior, principalmente em relação à infraestrutura tais como distritos industriais, localização estratégica e

proximidade a grandes centros consumidores. Contudo, são extremamente diferentes em aspectos relativos à qualidade de vida, principalmente quanto à cobertura com atendimento de esgoto e água tratada além de apresentarem índice de violência acima da média. Trindade também tem semelhança com esses municípios, mas seus indicadores de qualidade de vida são menos extremados.

Também, pode-se formar um grupo de municípios que correlaciona as qualidades de um município com força econômica (PIB), com infraestrutura e logística excelentes, mas que também tenham bons indicadores em qualidade de vida. Entre os quinze primeiros em competitividade aparecem 9 com essas características, quais sejam (em ordem decrescente de correlação): Catalão, Itumbiara, Caldas Novas, Mineiros, Jataí, São Simão, Rio Verde, Anápolis e Quirinópolis, ou seja, 60% dos quinze primeiros possuem, além de força econômica, boa qualidade de vida.

Nos 15 municípios mais competitivos concentram-se 31,7% da população do Estado - cerca de 1,85 milhões de pessoas -, 38% no PIB do Estado em 2007, 41,2% da arrecadação de ICMS em 2008, com 20% no total de empregos formais urbanos e com 26% no volume total da massa salarial em 2008. Contudo, nos aspectos sociais há muitas diferenças, principalmente quanto ao atendimento da população com água e esgoto. Enquanto a maioria dos 15 municípios mais competitivos apresenta percentual de cobertura de água tratada acima da média do Estado, municípios como Aparecida de Goiânia e Luziânia apresentam valores abaixo desta média. Em relação ao esgoto, além de Senador Canedo, tem-se Aparecida de Goiânia, Niquelândia e Luziânia que apresentam valores inferiores aos do Estado.

É importante ressaltar que muitos fatores de competitividade estão ligados a investimentos em infraestrutura urbana básica que dependem de recursos que estão fora do alcance dos municípios, ou da quase totalidade deles, evidenciando a necessidade da

intervenção do setor público estadual ou federal para o seu financiamento. A existência de um número maior de municípios competitivos em Goiás está relacionada a políticas públicas mais equânimes de investimento que possibilitem criar, em municípios menos competitivos, condição para a atração do setor produtivo.

De resto, o trabalho mostra uma tendência a aumentar as desigualdades. A mudança do perfil econômico do Estado, ocasionada por certo processo de industrialização em curso e pelo desenvolvimento do agronegócio, levou a uma concentração da infraestrutura básica em alguns municípios, permitindo que estes ainda recebam o maior volume de investimentos tanto públicos quanto privados. Assim os mais desenvolvidos recebem mais investimentos e os menos desenvolvidos recebem menos. Isso tende a aumentar a disparidade dos municípios no longo prazo.

Assim, a tendência é de concentração dos investimentos e financiamentos nos municípios que possuíam e possuem diferenciais como localização, infraestrutura e força econômica. Com a expectativa de conclusão da ferrovia Norte-Sul espera-se que mais municípios comecem a despontar e demonstrar maior dinamismo e atração de investimentos, já que a localização, acesso e facilidade no transporte da produção constituem pontos estratégicos na tomada de decisões.

Comentários sobre alguns dos municípios melhores classificados

Anápolis é principal economia depois da Capital Goiânia. Além de ter o 2º maior PIB do Estado de Goiás (R\$ 4,7 bilhões) consolida-se cada vez mais como um polo logístico por excelência. Situa-se estrategicamente no cruzamento de dois eixos rodoviários importantes, a BR-153 e a BR-060. É parte importante do eixo Goiânia-Anápolis-Brasília e está no ponto de integração da Ferrovia Norte-Sul com a Ferrovia Centro Atlântica. Esta infraestrutura de transportes relacionada com o Distrito Agro-industrial e o Porto Seco (Estação Aduaneira Interior) formatam um nó estratégico de distribuição de

cargas de abrangência nacional e internacional. Possui vantagens na qualificação da sua mão de obra como oferta de vagas na educação superior e profissional. Tudo isso é diferencial e por isso aparece na primeira colocação.

Rio Verde é um município em que a produção alcança todos os setores, vai da pecuária à agricultura, da indústria ao comércio e aos serviços. Prova disso é o segundo lugar no Valor Adicionado estadual da agropecuária com 4,3%; quarto lugar, com 6,85% do Valor Adicionado da indústria estadual, sendo que essa atividade representou 38% da estrutura econômica municipal no ano de 2007 - representado pela indústria de transformação, atividade bastante integrada à agropecuária, consolidando-se como município forte na fabricação de produtos alimentícios -; e, também, foi quinta posição na participação do Valor Adicionado estadual em 2007 no setor de serviços (4,06%), tendo peso de 52% na economia do município. O município possui, também, boa infraestrutura como aeroporto, quatro distritos industriais e vantagens na qualificação da sua mão de obra com universidades e cursos técnicos.

Aparecida de Goiânia tem na sua localização estratégica o diferencial. Está na Região Metropolitana de Goiânia e a 70 km de Anápolis e 210 quilômetros de Brasília, tendo como principal meio de acesso a rodovia BR-153. Essa posição privilegiada faz do município um polo estratégico para investimentos na industrialização, na distribuição de produtos e no atendimento de importantes mercados consumidores, sendo Goiânia o principal centro consumidor de seus produtos industrializados. Também, conta com 4 polos industriais: o DIMAG – Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia, o DAIAG – Distrito Agroindustrial de Aparecida de Goiânia, com 4 milhões de metros quadrados; Polo Empresarial Goiás; Parque Industrial de Aparecida de Goiânia e a Cidade Empresarial. Nos polos estão instaladas empresas que fabricam desde peças de veículos, material de limpeza e produtos alimentícios a

equipamentos hospitalares. A maioria delas implantou-se nos últimos 5 anos, quando o município passou a doar terrenos.

O município de Catalão destaca-se no cenário econômico e na qualidade de vida. No aspecto econômico, os destaques ficam por conta do comércio e indústrias minero-química, montagem de automóveis e máquinas agrícolas. Em qualidade de vida, a cobertura dos domicílios com água tratada e o rendimento médio da população ocupada estão entre os melhores indicadores dos municípios goianos. A localização estratégica tem sido fator fundamental para o desenvolvimento do município. Situa-se na divisa com Minas Gerais e a 248 km de Goiânia, 305 km de Brasília, 657 km de São Paulo e 1.069 km do Rio de Janeiro, bem como conta com a presença da Ferrovia Centro-Atlântica - FCA, que alcança os Portos de Santos e de Tubarão em Vitória-ES e um aeroporto que comporta aviões de porte médio (78 passageiros). No aspecto educacional Catalão possui instituições de ensino superior como o campus avançado da Universidade Federal de Goiás (UFG), unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). Tudo isso contribui para seu bom desempenho e competitividade na hora de escolher o local para investimentos.

O fácil acesso ao Sul e Sudeste do país e sua ligação com o sudoeste do Estado facilitam o escoamento da produção de Itumbiara. Além de bem localizado o município possui um bom Distrito Agroindustrial - o DIAGRI – que também contribui para a produção, expansão e instalação de novas indústrias. Itumbiara foi o 3º maior exportador em 2009, sendo que foi o primeiro em anos anteriores. Itumbiara também tem bom desempenho na variável qualidade de vida como bons indicadores no índice de violência, leitos hospitalares, domicílios com água, matrículas no ensino fundamental, vagas ofertadas no ensino superior, matrículas em cursos de capacitação de mão de obra e em educação profissional – nível técnico.

Senador Canedo figura bem colocado, principalmente por seus investimentos em infraestrutura e a criação de distritos industriais que potencializam o seu poder de crescimento. Esses investimentos são proporcionados, principalmente, por ter a segunda maior arrecadação de ICMS em Goiás. Isso, graças ao Polo Petroquímico, com implantação da Petrobrás.

### **Conclusão**

Percebe-se que Goiás tem muitos municípios com condições de oferecer suporte para o aumento da produção de riquezas. A tendência é de consolidação de alguns municípios bem como o aprofundamento da diferença entre os mais e os menos competitivos, muito embora exista a perspectiva de que com a conclusão da ferrovia Norte-Sul, mais municípios entrem no rol de receptores de grandes investimentos.

Percebe-se que a competitividade não se concentra em municípios perto da capital. Ou seja, o crescimento da economia está também nos municípios do interior. Isso contribui, em alguma medida para a distribuição das oportunidades no Estado de Goiás.

### **Referências Bibliográficas**

Goiás. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Economia e Desenvolvimento**; varias edições; Goiânia.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Goiás em Dados; varias edições**; Seplan; Goiânia.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2002 a 2007**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Ranking dos Municípios Goianos: 2005**. Goiânia: Seplan, 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Ranking dos Municípios Goianos: 2007**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Ranking dos Municípios Goianos: 2009**. Disponível em: <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>.

MAGALHÃES, L. F. Níquel: uma Riqueza de Goiás. Conjuntura Econômica Goiana, Seplan/GO, Goiânia, n. 5, p. 14-19, ago. 2005.

**PAULA, W. M. Setor mineral investe R\$ 6,2 bilhões em Goiás no período 2000/2008**. Economia e Desenvolvimento, **Seplan/GO Goiânia, [s. n.], Ano 8, n. 24, p. 20-34, novembro/dezembro 2006**.

# Distribuição de renda e mercado de trabalho em Goiás durante a década recente

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo fazer uma breve descrição da distribuição de renda nos domicílios do estado de Goiás e do papel que o mercado de trabalho local tem sobre esta renda, usando dados da PNAD referentes ao período 2002/2008. De forma geral, é constatada uma renda per capita ligeiramente melhor distribuída quando comparada com a renda do país. Contudo, se observa um nível de renda inferior, resultado, entre outras razões, da distribuição ocupacional do mercado de trabalho e dos menores salários do estado.

**Palavras-chave:** Distribuição de renda, Goiás, Mercado de trabalho.

## Introdução

Este artigo tem por objetivo fazer uma breve descrição da distribuição de renda nos domicílios do estado de Goiás e do papel que o mercado de trabalho local tem sobre esta renda. Para tanto, são utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referentes ao período 2002/2008. De forma geral, os dados da PNAD permitem observar que a renda em Goiás é ligeiramente melhor distribuída quando comparada com a renda do país. Contudo, se observa um nível de renda inferior, resultado, entre outras razões, da distribuição ocupacional do mercado de trabalho e dos menores salários do estado.

A próxima seção apresenta algumas das características da renda geral dos domicílios, enquanto a terceira seção centraliza a análise sobre a renda proveniente do mercado de trabalho e de que forma esta se relaciona

Sandro Eduardo Monsueto<sup>1</sup>



Rosyler Cristina Santos Simão<sup>2</sup>



com a distribuição de renda no estado. A última seção finaliza o trabalho com algumas considerações finais. Para gerar uma base de dados mais homogênea dentro da região Centro-Oeste, a análise não considera as informações do Distrito Federal.

## 1. A renda domiciliar per capita

Esta seção mostra a evolução da renda dos domicílios goianos e como a renda está distribuída, comparando com a região Centro-Oeste e com o restante do país. Para isto considera-se a distribuição da renda domiciliar per capita ( $d$ ), definida como o somatório da renda gerada no mercado de trabalho ( $w$ ) e da renda proveniente de outras fontes<sup>3</sup> ( $\pi$ ) das pessoas do domicílio, dividido pelo número de moradores do domicílio ( $n$ ):

$$d = \frac{\sum_i (w_i + \pi_i)}{n}$$

Para os fins deste trabalho, são utilizados somente os domicílios particulares permanentes e como membros do domicílio são incluídos a pessoa de referência, o cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, mas não são incluídos moradores classificados como pensionistas, empregado doméstico ou como parentes de empregado doméstico.

<sup>1</sup> Doutor em Economia, Professor da Universidade Federal de Goiás. [monsueto@face.ufg.br](mailto:monsueto@face.ufg.br)

<sup>2</sup> Doutora em Economia, Professora da Faculdade Municipal de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga/SP. [rosyler@hotmail.com](mailto:rosyler@hotmail.com)

<sup>3</sup> Outras fontes de renda são: aposentadorias, pensões, aluguéis, doações, abono salarial e rendimento de juros. Mais detalhes sobre as definições de renda utilizadas na PNAD, ver IBGE (2008).

Com base nestas definições, um domicílio típico de Goiás apresenta, ao longo da presente década, uma renda média *per capita* de R\$ 603, 26<sup>4</sup>, o que situa o estado na 10ª posição do ranking nacional de unidades da federação, entre Minas Gerais (R\$ 613,3) e o estado

do Acre (R\$ 528,1). Como mostra a Tabela 1 abaixo, apesar de não superar a média brasileira e de estar abaixo da renda *per capita* média da região Centro-Oeste, a renda do estado de Goiás tem crescido a uma taxa superior nos últimos anos.

**Tabela 1 - Renda domiciliar *per capita*, composição e taxa de dependência**

	Renda <i>per capita</i> (R\$ 2008)			Renda proveniente do Mercado de Trabalho (%)			Taxa de dependência (%)		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
2002	545,7	619,0	569,1	78,6	73,7	80,7	38,8	40,5	40,2
2004	556,1	588,7	556,1	77,4	72,3	79,4	36,2	38,2	37,8
2006	592,4	673,3	611,4	76,3	71,0	77,2	35,0	36,1	36,4
2008	703,1	721,5	713,2	76,3	71,3	77,6	33,2	34,2	34,3
<b>Total</b>	<b>603,3</b>	<b>653,5</b>	<b>616,5</b>	<b>77,1</b>	<b>72,0</b>	<b>78,6</b>	<b>35,7</b>	<b>37,1</b>	<b>37,0</b>

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

Como mencionado anteriormente, a renda *per capita* de cada domicílio está formada por uma série de componentes, provenientes ou não de atividades do mercado de trabalho. A renda originada diretamente das atividades do mercado de trabalho, ou seja, salários, remunerações e rendimentos, representa aproximadamente 77% da renda *per capita* goiana, enquanto que a renda proveniente de pensões por aposentadorias contribui com outros 10%, o que mostra uma maior importância relativa do mercado de trabalho do estado na composição da renda das famílias, quando comparado com a média nacional. A queda observada na contribuição do mercado de trabalho ao longo dos últimos anos pode ser o resultado, entre outros fatores, da expansão dos programas de transferência de renda do Governo Federal, recentemente reestruturados dentro do programa Bolsa Família.

Porém, nem todos os membros de um domicílio possuem fontes próprias de renda, principalmente os menores de idade, configurando o que se denomina de taxa de dependência, ou seja, a porcentagem de moradores que não têm nenhuma fonte de renda e que necessitam ser amparados financeiramente pelos demais membros da unidade. O tamanho médio dos domicílios no estado de Goiás é de 3,2 moradores, um

pouco abaixo da média nacional de 3,4 indivíduos por domicílio. Os dados da Tabela 1 mostram, contudo, que as diferenças são mais significativas quando se compara a taxa em que estes membros dependem financeiramente uns dos outros. Em Goiás, a taxa de dependência é menor do que a média brasileira e também da região Centro-Oeste, reafirmando a maior importância do mercado de trabalho na formação da renda do estado. A taxa de dependência mostra uma tendência de queda, possível resultado também da ampliação dos programas de transferência condicionada de renda e de uma maior entrada de outros membros da família no mercado de trabalho, como mulheres e jovens.

As informações da PNAD ajudam a entender a evolução não apenas do volume médio da renda domiciliar *per capita*, mas também como esta renda se encontra distribuída, o que possibilita identificar aspectos de pobreza e de desigualdade. Definindo uma linha de pobreza, ou seja, um nível de renda *per capita* abaixo do qual um domicílio pode ser considerado pobre, como sendo a metade do valor do salário mínimo em cada ano, a Tabela 2 mostra uma taxa de 18% de residências pobres em Goiás. Quando comparado com o país, a porcentagem de domicílios que vivem com até meio salário mínimo é menor no estado de Goiás e, igual ao comportamento nacional, vem apresentando uma tendência de queda.

<sup>4</sup> Todos os valores monetários foram deflacionados para Reais de setembro de 2008, utilizando a metodologia proposta por Corseuil e Foguel (2002).



**Tabela 2 - Salário mínimo real, porcentagem de domicílios pobres e índice de Gini**

Salário Mínimo Real (R\$ de 2008)		Domicílios abaixo da linha de pobreza (%)			Índice de Gini		
		Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
2002	303,2	21,8	24,8	22,1	0,5456	0,5871	0,5562
2004	315,5	16,9	22,6	17,1	0,5318	0,5692	0,5283
2006	393,3	20,0	23,6	20,0	0,5007	0,5573	0,5160
2008	415,0	16,2	21,6	17,0	0,5129	0,5444	0,5191
<b>Total</b>	<b>356,8</b>	<b>18,7</b>	<b>23,1</b>	<b>19,1</b>	<b>0,5227</b>	<b>0,5645</b>	<b>0,5299</b>

Nota: linha de pobreza igual a meio salário mínimo vigente em setembro de cada ano.

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

Com relação à forma como a renda está concentrada, um instrumento bastante utilizado é o índice de Gini, um indicador que varia de 0 a 1, sendo que quanto mais perto da unidade, mais concentrada em poucos domicílios está a renda do país ou região. Como se pode observar, da mesma forma que Goiás tem um nível de pobreza mais baixo, a renda no estado também se encontra menos concentrada, além de apresentar uma tendência de diminuição, já observada por outras pesquisas no Brasil<sup>5</sup>. Entretanto, como mostram os dados mais recentes do PNUD (Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento), esses valores são ainda muito elevados para os padrões internacionais<sup>6</sup>.

Pelo fato do índice de Gini apresentar apenas uma visão geral da concentração, por si só ele não fornece uma compreensão mais apurada do comportamento da desigualdade ao longo dos percentis da distribuição de

renda. Para isso, pode-se, por exemplo, analisar as informações da Tabela 3, que mostra o quanto que cada quarto da distribuição está absorvendo da renda *per capita* total. Em caso de perfeita equidade distributiva, a totalidade de domicílios em cada um desses quartos deveria se beneficiar de 25% da renda domiciliar *per capita* em cada ano. No entanto, com a concentração, tem-se que os domicílios do último quarto, ou seja, os 25% mais ricos, detêm a maior parte desta renda, enquanto os domicílios do primeiro quarto (os 25% mais pobres) absorvem menos de 5% da renda *per capita* formada no país e menos de 10% da formada no estado de Goiás. No entanto, nos anos analisados, é possível observar a ocorrência de uma redistribuição em favor dos dois primeiros quartis, ou seja, em direção aos domicílios mais pobres, condizente com a redução observada no índice de Gini.

**Tabela 3 - Apropriação da renda domiciliar *per capita* segundo quartos da distribuição de renda (%)**

	Goiás				Brasil				Centro-Oeste			
	2002	2004	2006	2008	2002	2004	2006	2008	2002	2004	2006	2008
25% mais pobres	5.3	5.7	6.1	6.0	3.9	4.3	4.7	4.8	5.0	5.6	5.9	5.9
2º quartil	13.0	12.2	16.1	13.3	10.0	11.0	12.9	12.2	12.1	11.9	11.9	12.8
3º quartil	16.1	18.0	16.3	18.1	17.2	17.8	16.2	18.2	16.5	18.7	19.5	18.2
25% mais ricos	65.6	64.2	61.5	62.6	68.8	67.0	66.2	64.9	66.4	63.8	62.8	63.2

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

De modo geral, os dados desta seção mostram uma elevada desigualdade de renda entre os domicílios goianos, mas abaixo da média nacional e com uma tendência de queda ao longo do tempo. Esta

desigualdade de renda tem como consequência, entre outros efeitos, a presença de uma igualmente elevada porcentagem de unidades domiciliares pobres, apesar de também apresentar valores abaixo do que se observa para o total do país. Também se constata que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda dos domicílios brasileiros, principalmente dentro de Goiás.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo, Barros et.al. (2007)

<sup>6</sup> Uma comparação do índice de Gini e outras medidas de desigualdade entre diversos países pode ser obtida diretamente do site do PNUD: <http://hdr.undp.org/en/>.

Desta forma, a próxima seção se dedica a analisar este componente da renda e qual o papel do mercado de trabalho sobre os índices de pobreza e de desigualdade observados.

## 2. A renda do trabalho

Esta seção analisa alguns componentes do mercado de trabalho goiano, buscando evidências de seu papel sobre a formação da renda dos domicílios do estado. A

**Tabela 4 - PIA, PEA e taxa de desemprego (%)**

	Pop. Idade Ativa (PIA)			Pop. Econ. Ativa (PEA)			Taxa de Desemprego		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
2002	60.8	59.5	60.1	75.5	75.5	76.3	5.5	8.1	5.6
2004	61.1	60.2	60.6	77.3	76.5	78.0	6.2	7.9	5.7
2006	62.8	61.3	62.0	76.3	77.0	77.3	6.2	7.7	6.5
2008	62.2	62.1	62.3	79.9	77.2	79.4	5.7	6.3	5.5
Total	61.7	60.8	61.3	77.3	76.6	77.8	5.9	7.5	5.8

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

A PEA, população economicamente ativa, definida pela proporção da PIA que está no mercado de trabalho, empregada, atuando como empregador ou buscando emprego, constitui a oferta de mão de obra do país ou região. Também para este caso se observa uma participação mais intensa da população goiana no mercado de trabalho, sendo que a diferença em relação ao resto do país vem se acentuando ao longo dos anos. Por fim, as últimas colunas da Tabela 4 apresentam a taxa de desemprego, permitindo constatar que, apesar da maior proporção de pessoas atuando como ofertantes de mão de obra, Goiás detém uma taxa de desemprego mais baixa que o país, acompanhando a tendência da região Centro-Oeste. Estes dados ajudam a entender a menor taxa de dependência observada na seção anterior para Goiás, uma vez que a proporção de indivíduos trabalhando e, portanto, com renda é maior.

De acordo com o IBGE, a renda do trabalho está constituída de salários (não incluindo 13º salário, férias e participação nos lucros do empregador) e o rendimento de empreendimento como conta-própria ou como empregador. Considerando apenas a renda da ocupação principal de cada trabalhador ou empregador, a remuneração média no estado de Goiás em 2008 é de

Tabela 4 abaixo mostra algumas definições importantes para se entender este mercado. Em primeiro lugar, apresenta a população em idade ativa (PIA), ou seja, a parcela da população total com idade para o mercado de trabalho, aqui definida como as pessoas com idade entre 18 e 64 anos<sup>7</sup>. Em média, durante os anos analisados, cerca de 62% da população do estado de Goiás se enquadra nesta definição, quase um ponto porcentual acima da média nacional.

R\$ 1.004,91, levemente inferior à média do país e da região Centro-Oeste (respectivamente R\$ 1.005,14 e R\$ 1.063,10). Quando são considerados unicamente os trabalhadores assalariados do setor privado, o desnível salarial em relação ao país fica mais evidente. Enquanto os assalariados goianos ganham, em média, R\$ 765,47 de salário mensal, o observado para média nacional é de R\$ 846,21. Contudo, enquanto a renda do trabalho cresceu cerca de 6% no Brasil entre 2002 e 2008, Goiás apresenta uma taxa de crescimento de 18%, superior inclusive ao crescimento médio da região (15%).

Talvez, mais importante que analisar os salários ou remunerações totais, seja a comparação da remuneração por hora de trabalho. Em Goiás, um trabalhador ou empregador médio, no ano de 2008 recebeu cerca de R\$ 5,90 por hora trabalhada, enquanto a média nacional foi de R\$ 6,05 e a da região de R\$ 6,21. Ou seja, apesar da pequena diferença observada anteriormente na renda total do trabalho, o trabalhador goiano tem de trabalhar mais horas por semana para conseguir este mesmo volume de

<sup>7</sup> Note que esta definição é diferente da comumente empregada pelo IBGE, que considera os maiores de 5 ou de 10 anos de idade.

rendimento. De fato, em Goiás, um trabalhador típico, seja assalariado, conta-própria ou empregador, dedica uma média de 41,8 horas semanais ao mercado de trabalho e, no Brasil, 40,4 horas por semana. Considerando apenas os assalariados do setor privado, em Goiás as horas semanais chegam a 43,3 e no Brasil a 42,2 em média.

Com relação à forma de inserção destes trabalhadores no mercado, a Tabela 5 permite observar uma maior proporção de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada no estado de Goiás, principalmente entre os trabalhadores domésticos. Em compensação, é maior a porcentagem de empregadores no estado, que também recebem os maiores rendimentos-hora, inclusive maiores que a média nacional.

**Tabela 5 - Distribuição ocupacional e salário-hora (2008)**

	%			Salário-Hora (R\$ de 2008)		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
<b>Assalariados</b>						
- Com Carteira	36.6	40.2	36.7	5.0	5.7	5.0
- Sem Carteira	18.8	17.7	18.1	3.9	4.2	4.2
<b>Empregados Domésticos</b>						
- Com Carteira	2.1	2.1	2.1	2.7	3.1	2.9
- Sem Carteira	7.0	5.6	6.5	2.5	2.5	2.6
<b>Militares e Func. Públ.</b>	8.5	8.0	9.2	9.8	10.8	10.3
<b>Conta Própria</b>	20.8	21.6	21.4	5.8	5.4	5.9
<b>Empregadores</b>	6.2	4.8	6.1	17.1	16.3	19.2
<b>Total</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.9</b>	<b>6.1</b>	<b>6.2</b>

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

O emprego com carteira de trabalho assinada, além de, em geral, representar uma maior estabilidade ao trabalhador, também tem a melhor remuneração por hora trabalhada entre os assalariados, mas ainda abaixo da média brasileira. Estes trabalhadores são também os mais qualificados entre os assalariados, com uma média de 8,8 anos de estudo contra 7,5 anos dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (entre os domésticos, esses dados são de 6,7 e 5,5 anos de educação para os com carteira e sem carteira, respectivamente).

Dado que o mercado de trabalho é a principal fonte de renda, esta forma de inserção nas atividades remunera-

das é um importante determinante de como a renda é distribuída às famílias. A Tabela 6 mostra a renda *per capita* dos domicílios segundo a ocupação da pessoa de referência, ou o chefe do domicílio. Apesar da figura do chefe de família vir perdendo importância na formação dos lares brasileiros, sobretudo com a expansão dos novos arranjos familiares durante e depois da década de noventa<sup>8</sup>, a inserção do chefe ainda pode ser utilizado como uma *proxy* do efeito do mercado de trabalho sobre os domicílios.

<sup>8</sup> Uma descrição deste fenômeno pode ser obtida em Medeiros e Osório (2001).

**Tabela 6 - Renda domiciliar *per capita* e porcentagem de domicílios pobres segundo a ocupação do chefe do domicílio (2008)**

Ocupação do chefe do domicílio	Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$ 2008)			Domicílios abaixo da linha de pobreza (%)		
	Goiás	Brasil	Centro-Oeste	Goiás	Brasil	Centro-Oeste
<b>Assalariados</b>						
- Com Carteira	772.3	886.5	752.7	12.1	14.6	13.3
- Sem Carteira	572.4	652.0	620.2	25.4	36.3	26.2
<b>Empregados Domésticos</b>						
- Com Carteira	458.7	497.6	443.3	17.4	17.4	18.6
- Sem Carteira	409.7	384.7	384.9	32.8	40.0	33.0
<b>Militares e Func. Públ.</b>	1407.7	1494.1	1419.4	4.2	6.5	4.9
<b>Conta Própria</b>	717.1	773.2	740.0	18.1	29.0	20.2
<b>Empregadores</b>	2489.8	2374.5	2536.9	2.5	5.8	2.4
<b>Total</b>	<b>703.1</b>	<b>721.5</b>	<b>713.2</b>	<b>16.2</b>	<b>21.6</b>	<b>17.0</b>

Fonte: elaboração própria com base na PNAD.

Como se pode observar, os domicílios cujos chefes se encontram ocupados em atividades assalariadas sem a carteira de trabalho assinada têm uma renda *per capita* inferior e, em consequência, uma maior propensão à pobreza. Ainda assim, em quase todos os casos, a incidência de residências pobres entre os domicílios goianos é inferior ao observado na média do país e na média da região Centro-Oeste.

Estes dados permitem constatar que as desigualdades do mercado de trabalho são transmitidas para a sociedade como um todo. Em Goiás, por um lado, a renda do trabalho é mais importante que no resto do país para formar a renda das famílias. Contudo, dada a mais elevada proporção de trabalhadores sem a carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores têm que trabalhar mais para manter uma família do mesmo tamanho que a média nacional.

### 3. Considerações Finais

Este artigo descreveu de forma breve algumas das características da renda dentro do estado de Goiás, utilizando a renda domiciliar *per capita*, ou seja, a renda total dividida pelo número de moradores de cada residência. Os dados da PNAD mostram um nível de pobreza e de desigualdade inferior no estado em relação ao resto do Brasil durante a atual década e confirmam que Goiás também tem se beneficiado da tendência nacional de redução da desigualdade.

Com relação ao papel do mercado de trabalho, são observadas suas tendências centrais. De um lado, a

participação da renda do mercado de trabalho sobre a renda total das famílias goianas é maior, quando comparada com o país como um todo. De outro lado, contudo, a menor remuneração do trabalho contribui para um menor nível de renda no estado de Goiás. Em outras palavras, um trabalhador típico de Goiás tem que trabalhar durante mais horas por semana para sustentar uma família basicamente do mesmo tamanho que a média nacional.

Dentro da expectativa para os dados do novo Censo Demográfico que se inicia no segundo semestre de 2010, os resultados aqui apresentados podem servir de fonte de novas perguntas para analisar o mercado de trabalho local, diversificando a análise para regiões e municípios.

### Referencias

Barros, R.P., Carvalho, M.; Franco, S. e Mendonça, R. *A queda recente da desigualdade de renda no Brasil*, IPEA, Texto para Discussão n. 1258, 2007.

Corseuil, C.H. e Foguel, M.N. *Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE*, IPEA, Texto para Discussão n. 897, 2002.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios: Notas Metodológicas*, 2008

Medeiros, M. e Osório, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*, IPEA, Texto para Discussão n. 788, 2001.

# Perfil do trabalho na agropecuária goiana segundo os dados da RAIS

**Resumo:** Devido a grande importância da agropecuária goiana, o presente trabalho tem o objetivo de mostrar a partir dos dados da RAIS - Relação Anual de Informações Sociais de 2005 a 2008, o perfil do trabalho na agropecuária no Estado de Goiás, com um breve panorama do setor agropecuário, o número dos estabelecimentos, o número de pessoas empregadas, a remuneração média do trabalhador, o grau de instrução, a distribuição do emprego por gênero e por faixa etária.

**Palavras-chave:** RAIS, emprego, agropecuária, remuneração, instrução, gênero, faixa etária.

## Introdução

Dada a importância da agropecuária para a economia goiana, o presente trabalho envolve uma análise do mercado de trabalho formal e da quantidade de estabelecimentos deste setor por meio das estatísticas extraídas da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).

A RAIS é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo considerada um censo, pois a sua cobertura é superior a 97% dos vínculos empregatícios formais do país. Em virtude da relevância e de sua multiplicidade de informações de interesse social, a RAIS se constituiu em fonte de dados estatísticos para o acompanhamento e para a caracterização do mercado de trabalho formal no Brasil, nos estados e municípios.

<sup>1</sup> Economista pela Universidade Federal de Goiás e técnica da Seplan-GO. [daniela@seplan.go.gov.br](mailto:daniela@seplan.go.gov.br)

<sup>2</sup> Economista pela Universidade Federal de Goiás e técnico da Seplan-GO. [rmcamargos@gmail.com](mailto:rmcamargos@gmail.com)



Daniela Vieira de Oliveira<sup>1</sup>



Rafael Marques de Camargos<sup>2</sup>

O trabalho faz uma análise do setor agropecuário em Goiás e seus subsetores: *Agricultura, pecuária e serviços relacionados; Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados; e Pesca, aquicultura e serviços relacionados*; classificados conforme a CNAE/95 do IBGE. Os dados são organizados por número dos estabelecimentos, número de pessoas empregadas, remuneração média do trabalhador, grau de instrução, distribuição do emprego por gênero e por faixa etária comparando-se Goiás aos demais Estados e também fazendo uma análise dos municípios goianos.

## 1 – Agropecuária goiana – aspectos gerais

Mesmo com a dinamização da indústria e do setor de serviços, a agropecuária ainda é apresenta importância na economia goiana. Goiás tem importantes posições em diversos segmentos agropecuários como na produção de grãos, cana de açúcar, na criação de gado de corte e leiteiro, entre outros.

A agropecuária apresentou para 2007 a maior taxa de crescimento do valor adicionado, dentre os três grandes setores (Indústria, Serviços e Agropecuária). Neste ano, a taxa de crescimento do valor adicionado do setor agropecuário foi de 6,68%, enquanto a indústria apresentou crescimento de 4,34% e o setor de serviços, 5,48%. Entretanto, na estrutura total do valor adicionado, a agropecuária é o setor de menor peso, tendo participação de 11,01% no total, sendo 6,20% para a Agricultura, silvicultura e exploração florestal e 4,82% para a Pecuária e pesca. Este crescimento

positivo da agropecuária em 2007 deveu-se principalmente pela recuperação na produção e nos preços agrícolas das principais culturas (soja, algodão, milho e cana de açúcar, entre outros), que foram afetados pela crise agrícola ocorrida no período de 2004 a 2006.

Os municípios com maior participação no valor adicionado estadual no setor agropecuário em 2007 foram: Cristalina, com 4,35%; Rio Verde, com 4,32%; Jataí com participação de 3,45%, Mineiros, 2,39%; Ipameri, com 2,16%, Luziânia, 2,02%, Chapadão do Céu, 1,88%, Morrinhos, 1,86%, Catalão, 1,72% e Piracanjuba, com 1,60% de participação no VA da agropecuária estadual.

A produção goiana de cereais, leguminosas e oleaginosas atingiu recorde de 13,388 milhões de toneladas, conforme a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) de 2008. Goiás possui a quarta maior produção de grãos do país, com participação de 8,97% em 2008. Segundo o IBGE, a produção total de soja para 2008 foi de 6,605 milhões de toneladas, representando 11,15% da produção nacional e com crescimento de 61,37% com relação ao ano 2000. Na produção de soja, os municípios com maior produção são: Rio Verde, com 733.200 toneladas, Jataí, com 653.400 t, Cristalina, com 360.000 t, Montividiu, com 303.600 t e Mineiros, com 300.000 t.

O Estado é o maior produtor nacional de sorgo, com 40,67% da produção total, ou seja, 814.969 toneladas em 2008. Conforme a PAM, em 2008 os maiores municípios produtores de sorgo em Goiás foram Jataí, Chapadão do Céu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás e Montividiu, sendo estes cinco responsáveis por 49,19% do total da produção estadual.

A produção de cana de açúcar em 2008 atingiu 33,401 milhões de toneladas ante 22,388 milhões em 2007, posicionando Goiás em quarto lugar, com 4,49% da produção nacional. Segundo a PAM de 2008, o município com a maior produção de cana de açúcar é

Santa Helena de Goiás, com 7,7% da produção total goiana, 2,55 milhões de toneladas, seguida por Quirinópolis, Porteirão, Gouvelândia e Goiatuba.

A pecuária goiana possui também forte participação na economia. O Estado está entre os maiores produtores do país, com um rebanho bovino de 20,466 milhões de cabeças, posicionando-se em 4º lugar nacional com 10,12% de participação, e uma produção de leite de 2,873 bilhões de litros, representando o 3º lugar nacional e participação de 10,42%, segundo dados do IBGE para 2008. Outros destaques da pecuária em Goiás são: o efetivo de rebanho suíno e avícola, a produção de ovos, o abate de bovinos, suínos e aves.

A estrutura fundiária do Estado é composta por mais de 45% de pastagens e 17,89% de cultura, mostrando o peso da agropecuária no cenário estadual. No ano de 2006, segundo o Censo Agropecuário, eram 117.623 estabelecimentos com uma área total de 15,525 milhões de ha representando 9,01% do total nacional de pastagens e 27,31% do total da Região Centro-Oeste.

Segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM de 2008, o município de Nova Crixás, na região Norte, possuía o maior rebanho bovino de Goiás, com 716,1 mil cabeças, sendo o 10º maior produtor do País. Ele é o único município do Estado que figurou na lista dos 20 maiores do Brasil. Ainda segundo esta pesquisa, o principal município produtor de suínos em Goiás é Rio Verde, com 404.000 cabeças, seguido de Aparecida do Rio Doce com 42.500 cabeças, Santo Antônio da Barra com 34.230 cabeças, Jataí com 29.600 cabeças e Montividiu com 28.600 cabeças. Piracanjuba foi o principal produtor goiano de leite e o 3º no ranking nacional, com 107,94 milhões de litros. Entre os 20 maiores municípios brasileiros figuraram ainda Morrinhos, com 80,81 milhões de litros, Rio Verde com 75,6 milhões de litros e Orizona com 73,0 milhões de litros.

## 2 – Estabelecimentos<sup>3</sup> agropecuários

Segundo dados da RAIS, existem em Goiás 226.683 estabelecimentos, 20.571 a mais que em 2005 (crescimento de 9,98%). São 102.915 estabelecimentos no *Comércio*, 67.635 em *Serviços*, 28.014 na *Agropecuária*, 21.917 na *Indústria* e 6.200 na *Construção civil*.

Também na agropecuária, mas conforme a classificação da CNAE/95 do IBGE, os que possuem a maior quantidade de estabelecimentos são: *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*, com 27.637 unidades, *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*, com 252 unidades, *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, com 125 unidades.

Goiás é o estado do Centro-Oeste com o maior número de estabelecimentos agropecuários, sendo o quarto maior em estabelecimentos em nível nacional, estando atrás apenas de São Paulo (98.170 estabelecimentos), Minas Gerais (80.677 estabelecimentos) e Paraná (31.129).

Goiânia é o município com o maior número de estabelecimentos agropecuários no Estado de Goiás com 4,65% do total em 2008. A região de planejamento com a maior quantidade de estabelecimentos é a do Sudoeste Goiano, região em que estão localizados os municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros, 2º, 3º e 4º maiores em número de estabelecimentos agropecuários na atividade *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*. Rio Verde é o 4º maior produtor de feijão no Estado, 2º maior produtor de milho, maior produtor de soja, 6º maior produtor de tomate, 3º maior produtor de sorgo, 3º maior criador de rebanho bovino, 4º de vacas ordenhadas e maior criador suíno, ovino e de aves. Jataí é o 5º maior produtor de feijão, 1º maior produtor de milho e sorgo, 2º maior produtor de soja, 4º maior criador de equínos e suínos e maior produtor de

rebanho caprino no Estado. Mineiros é o 4º maior produtor de milho, 5º maior produtor de soja e 7º maior produtor de sorgo (Pesquisa Agrícola Municipal - PAM, 2008 e Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM, 2008 ).

Os municípios que se destacam em número de estabelecimentos da *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados* são: Goiânia, Niquelândia, Catalão e Rio Verde. Segundo a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura do IBGE de 2008, Niquelândia é o maior produtor de carvão mineral e o 4º maior produtor de lenha no Estado de Goiás. Catalão é o 4º maior produtor de carvão mineral, o 3º maior produtor de lenha e o maior produtor de madeira em tora. Rio Verde é o 2º maior produtor de lenha de Goiás.

Na Pesca, aquicultura e serviços relacionados os destaques são para: Goiânia, Anápolis, Luziânia e Aparecida de Goiânia. A tabela 1 a seguir apresenta um ranking dos 20 municípios com maior número de estabelecimentos agropecuários.

## 3 - Empregos na agropecuária

Em 2008, foram gerados 73.620 empregos formais no Estado de Goiás, sendo o maior incremento no estoque de empregos já observado pelas estatísticas da RAIS. Na agropecuária, foram gerados 2.291 empregos, aumento de 3,33%, crescimento inferior a 2007, que apresentou variação de 8,26%, maior que o incremento de 2006 com relação a 2005, cujo crescimento foi de 1,96%. A divisão do setor agropecuário que apresentou o maior crescimento absoluto foi a *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*, com aumento de 1.878 postos de trabalho. Na variação percentual, o subsetor com maior crescimento foi a *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*, com um incremento de 32,80% de vínculos empregatícios em 2008 com relação a 2007. Segundo os dados da RAIS para 2008, Goiás foi o 7º estado brasileiro em número de vínculos empregatícios no setor Agropecuário. A *Agropecuária* tinha um total de 71.123 empregos formais, ou seja, 6,27% no total de vínculos, a *Indústria* 17,71%, 200.984 pessoas empregadas, a *Construção civil*, 5,11% (57.991

<sup>3</sup> O levantamento da RAIS é feito em nível de estabelecimento empregador. Um estabelecimento empregador é definido como sendo uma unidade que tenha um código específico no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - ou no CEI - Cadastro Específico do INSS.

empregados), o *Comércio*, 18,82% (213.593 empregados), e *Serviços*, 52,10% (591.355 empregados). O percentual de participação no total de vínculos empregatícios de cada divisão da CNAE/95 na agropecuária é mostrado na tabela 2 a seguir. Os

subsetores com maior número de vínculos são: *Agricultura, pecuária e serviços relacionados, Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados e Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, respectivamente.

**Tabela 1 – 20 maiores municípios goianos em número de estabelecimentos na agropecuária - 2008**

	Município	Agropecuária	Agríc., pec. e serv. relacionados	Silvic., expl. florestal e serv. relacionados	Pesca, aquíc. e serv. relacionados	% part.*	Região de Planejamento
1º	Goiânia	1.303	1.262	14	27	4,65	Região Metropolitana de Goiânia
2º	Rio Verde	1.241	1.226	11	4	4,43	Região Sudoeste Goiano
3º	Jataí	844	838	3	3	3,01	Região Sudoeste Goiano
4º	Mineiros	623	614	9	0	2,22	Região Sudoeste Goiano
5º	Itumbiara	552	552	0	0	1,97	Região Sul Goiano
6º	Quirinópolis	541	541	0	0	1,93	Região Sudoeste Goiano
7º	Catalão	492	480	12	0	1,76	Região Sudeste Goiano
8º	Morrinhos	491	490	0	1	1,75	Região Sul Goiano
9º	Piracanjuba	465	463	1	1	1,66	Região Sul Goiano
10º	Cristalina	429	425	3	1	1,53	Região Entorno do DF
11º	Formosa	429	423	4	2	1,53	Região Entorno do DF
12º	Anápolis	409	399	2	8	1,46	Região Centro Goiano
13º	Bela Vista de Goiás	406	402	1	3	1,45	Região Metropolitana de Goiânia
14º	Luziânia	379	369	5	5	1,35	Região Entorno do DF
15º	Ipameri	373	366	7	0	1,33	Região Sudeste Goiano
16º	Goianésia	368	366	2	0	1,31	Região Centro Goiano
17º	Silvânia	361	356	3	2	1,29	Região Sudeste Goiano
18º	Itaberaí	357	355	2	0	1,27	Região Noroeste Goiano
19º	Goiás	325	325	0	0	1,16	Região Noroeste Goiano
20º	Caiapônia	324	323	1	0	1,16	Região Oeste Goiano
	<b>Total Estado</b>	<b>28.014</b>	<b>27.637</b>	<b>252</b>	<b>125</b>		

Fonte: RAIS, MTE

Elaboração dos autores

\* percentual de participação do município no total de estabelecimentos na agropecuária de Goiás

**Tabela 2 – Vínculos empregatícios formais e percentuais de participação - Goiás**

Ano	Total	Agropecuária	% part.*	Agríc., pec. e serv. relacionados	% part.**	Silvic., exp. florestal e serv. relacionados	% part.**	Pesca, aquíc. e serv. relacionados	% part.**
<b>2005</b>	944.927	62.357	6,60	61.398	98,46	825	1,32	134	0,21
<b>2006</b>	992.822	63.582	6,40	62.337	98,04	1.144	1,80	101	0,16
<b>2007</b>	1.061.426	68.832	6,48	67.527	98,10	1.192	1,73	113	0,16
<b>2008</b>	1.135.046	71.123	6,27	69.405	97,58	1.583	2,23	135	0,19

Fonte: RAIS, MTE

Elaboração dos autores

\* % participação no total de vínculos

\*\* % participação no total da agropecuária

O município goiano com o maior número de pessoas empregadas na *Agropecuária* é Rio Verde, com

participação de 7,39% no total de vínculos do Estado, seguido de Goiânia, Quirinópolis, Cristalina e Jataí. A



tabela 3 abaixo mostra os 20 municípios com maior número de empregados. Na *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*, o município com o maior número de vínculos é Ipameri, com 533 empregados, seguido de Catalão, Niquelândia, Rio

Verde e Mara Rosa. Na *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, os cinco maiores em quantidade de vínculos são: Goiânia, Nerópolis, Bonfinópolis, Pirenópolis e Nova Crixás.

**Tabela 3 – Os 20 maiores municípios goianos em número de vínculos formais na agropecuária - 2008**

	Município	Agric., pec. e serv. relacionados	Silvic., exp. florestal e serv. relacionados	Pesca, aquíc. e serv. relacionados	Agropecuária
1º	Rio Verde	5.087	162	4	5.253
2º	Goiânia	3.074	12	37	3.123
3º	Cristalina	2.672	21	3	2.696
4º	Quirinópolis	2.674	0	0	2.674
5º	Jataí	2.141	2	6	2.149
6º	Mineiros	1.662	16	0	1.678
7º	Itumbiara	1.544	0	0	1.544
8º	Ipameri	988	533	0	1.521
9º	Formosa	1.338	8	1	1.347
10º	Catalão	915	219	0	1.134
11º	Luziânia	1.120	7	5	1.132
12º	Inhumas	1.058	0	0	1.058
13º	Goianésia	1.039	1	0	1.040
14º	Maurilândia	1.005	0	0	1.005
15º	Santa Helena de Goiás	949	0	1	950
16º	Nova Crixás	940	0	8	948
17º	Morrinhos	938	0	0	938
18º	Bela Vista de Goiás	921	2	0	923
19º	Paraúna	828	0	0	828
20º	Anápolis	766	2	4	772
	<b>Total</b>	<b>69.405</b>	<b>1.583</b>	<b>135</b>	<b>71.123</b>

Fonte: RAIS, MTE  
Elaboração dos autores

#### 4 - Remuneração e massa salarial na agropecuária goiana

Goiás apresentou uma massa salarial de R\$ 3,049 milhões em 2008. Esta massa teve um aumento de 4,77% com relação ao ano anterior. O setor que mais apresentou aumento em 2008 foi a *Construção civil* que obteve um crescimento de 34,63%. A *Agropecuária* teve um aumento de 5,59% na massa salarial em 2008, sendo 5,06% na *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*, 32,06% na *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados* e 13,76% no subsetor *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*.

Em 2008, a renda média dos empregados de Goiás era de 2,69 salários mínimos, inferior à renda média nacional de 3,30 salários mínimos. A renda média da

*Agropecuária* é de 1,93 salário mínimo, sendo *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados* o subsetor que apresenta a maior média salarial, 2,06 salários mínimos. A menor média é da *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, com remuneração de 1,45 salário mínimo em média. *Agricultura, pecuária e serviços relacionados* apresentou média de 1,92 salário mínimo.

A renda média goiana, em reais, era, em 2008, de R\$ 1.106,26 sendo de R\$ 795,22 na *Agropecuária*. A remuneração média da *Agricultura, pecuária e serviços relacionados* era de R\$ 794,30, na *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*, R\$ 852,59 e na *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, R\$

599,27, com variações de 12,05%, 8,95% e 4,41%, respectivamente, com relação ao ano de 2007.

Goiás tem a sétima maior remuneração média na Agropecuária no país, estando atrás do Distrito Federal, Mato Grosso, Roraima, São Paulo, Amazonas, Amapá, com rendas médias respectivas de R\$ 1.157,19, R\$ 970,72, R\$ 847,94, R\$ 837,52, R\$ 813,38, R\$ 806,20. Os municípios goianos com maiores médias de remuneração são Porteirão, R\$ 1.316,37, Santa Helena de Goiás, R\$ 1.197,41, Maurilândia, R\$ 1.107,27, Chapadão do Céu, R\$ 1.064,74, e Cachoeira Dourada, R\$ 1.025,79.

##### **5 - Grau de instrução do empregado agropecuário**

Das pessoas que possuem emprego formal em Goiás, grande parte (30,93%) possui ensino médio completo, ou seja, 351.107 pessoas. O percentual de pessoas com maior nível de ensino apresentou crescimento de 2005 para 2008 enquanto o com menor grau de instrução diminuiu. Na agropecuária, os que possuíam ensino superior completo eram 1,65% do total em 2005 e em 2008, 2,06%. Já o percentual de analfabetos diminuiu de 3,33% em 2005 para 2,82% em 2008. A redução também pode ser observada para os empregados com até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, do 5º ano completo e do 6º ao 9º ano incompleto. Os níveis fundamental completo e ensino médio incompleto, ensino médio completo, educação superior incompleta, educação superior completa, mestrado completo e doutorado completo, apresentaram crescimento em 2008 com relação a 2005, mostrando resultado positivo das políticas públicas realizadas para a educação.

Como seria de se esperar, a agropecuária é o setor que possui o maior percentual de trabalhadores analfabetos ou com baixa escolaridade. Os analfabetos representam 2,82% do total, porém este percentual tem diminuído

desde 2005, ano em que o percentual de analfabetos era de 3,33%. A grande maioria dos empregados alfabetizados, 73,19%, possui até o ensino fundamental completo, sendo 16,23% com até o 5º ano incompleto do ensino fundamental, 17,51% com o 5º ano completo do ensino fundamental, 22,93% com 6º ao 9º ano incompleto do ensino fundamental, e 16,52% com ensino fundamental completo. Os vínculos com ensino médio completo e/ou incompleto somam 20,87% de participação, nível superior completo e/ou incompleto, 3,07%, e mestrado ou doutorado apenas 0,05% do total de trabalhadores na agricultura. A tabela 4 mostra a evolução dos empregados na agricultura por grau de instrução e o seu percentual de participação.

Conforme classificação CNAE/95 do IBGE, em 2008, os menores níveis de escolaridade estão na *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*, onde 4,17% dos empregados são analfabetos e 74,54% têm até o ensino fundamental completo. A *Agricultura, pecuária e serviços relacionados* possui 2,79% de analfabetos, 73,16% com até o ensino fundamental completo, 20,93% com Ensino Médio Completo ou Incompleto, 3,07% com a educação superior completa ou incompleta, e 0,05% com Mestrado ou Doutorado. Para estes níveis de instrução, a atividade *Pesca, aquicultura e serviços relacionados* possui, respectivamente, 1,48%, 74,07%, 22,22%, 2,22% e nenhum trabalhador com mestrado ou doutorado.

Quanto maior o nível de escolaridade, maior a remuneração média do trabalhador. O analfabeto possui uma remuneração média de R\$ 642,14 na agropecuária, o empregado com nível fundamental completo recebe, em média, R\$ 736,36, com nível médio completo recebe R\$ 897,81, nível superior completo, R\$ 2.550,67, mestrado, R\$ 5.402,28 e com doutorado recebe em média de R\$ 7.168,13.

**Tabela 4 - Número de empregos formais por grau de instrução na agropecuária em Goiás – 2005 a 2008**

Grau de Instrução	2005		2006		2007		2008	
	Vínculos	% de part.	Vínculos	% de part.	Vínculos	% de part.	Vínculos	% de part.
Analfabeto	2.075	3,33	2.085	3,28	2.251	3,27	2.007	2,82
Até o 5ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	13.192	21,16	11.912	18,73	12.301	17,87	11.545	16,23
5ª ano Completo do Ensino Fundamental	12.516	20,07	12.355	19,43	13.191	19,16	12.451	17,51
Do 6ª ao 9ª ano Incompleto do Ensino Fundamental	14.637	23,47	15.705	24,70	15.842	23,02	16.307	22,93
Ensino Fundamental Completo	9.339	14,98	9.775	15,37	10.844	15,75	11.752	16,52
Ensino Médio Incompleto	4.429	7,10	5.092	8,01	5.739	8,34	6.640	9,34
Ensino Médio Completo	4.591	7,36	5.181	8,15	6.767	9,83	8.205	11,54
Educação Superior Incompleta	552	0,89	532	0,84	681	0,99	715	1,01
Educação Superior Completa	1.026	1,65	931	1,46	1.191	1,73	1.465	2,06
Mestrado Completo	-	-	10	0,02	19	0,03	26	0,04
Doutorado Completo	-	-	4	0,01	6	0,01	10	0,01
<b>Total</b>	<b>62.357</b>	<b>100</b>	<b>63.582</b>	<b>100</b>	<b>68.832</b>	<b>100</b>	<b>71.123</b>	<b>100</b>

OBS: Os dados relativos ao total de vínculos com Mestrado e Doutorado Completos não estavam disponíveis para o ano de 2005.

Fonte: RAIS, MTE

Elaboração dos autores

## 6 – Homens versus mulheres na agropecuária goiana

Na Agropecuária, a maior parte dos empregados são homens. Em 2008, 85,79% dos empregados eram do sexo masculino e 14,21% mulheres, ou seja, 61.019 homens e 10.104 mulheres, uma proporção de 6,04 homens para cada mulher. Esse percentual de homens é bem superior quando considerados todos os setores estando atrás apenas da Construção Civil, em que 93,76% dos empregos formais são ocupados por homens. Para o total de empregados, em todos os setores, são 58,85% do sexo masculino e 41,15% do sexo feminino.

Na atividade *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados* é encontrado o maior percentual de homens, 89,96%, e na *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, o menor, 68,89%. A *Agricultura, pecuária e serviços relacionados* possui 85,73% de homens e 14,27% de mulheres.

As mulheres ainda apresentam remunerações inferiores aos homens. Na agropecuária, a remuneração dos

vínculos do sexo feminino é 25,87% inferior à dos homens, sendo o segundo setor com maior disparidade percentual de salários, estando atrás apenas do setor industrial. Enquanto eles recebem R\$ 825,57 em média, elas têm uma remuneração de R\$ 611,97. A atividade que apresenta a maior diferença salarial entre os gêneros é a *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*, onde as mulheres têm remuneração 27,03% inferior à dos homens. A atividade em que essa diferença é menor é a *Pesca, aquicultura e serviços relacionados*, com diferença de 13,75%.

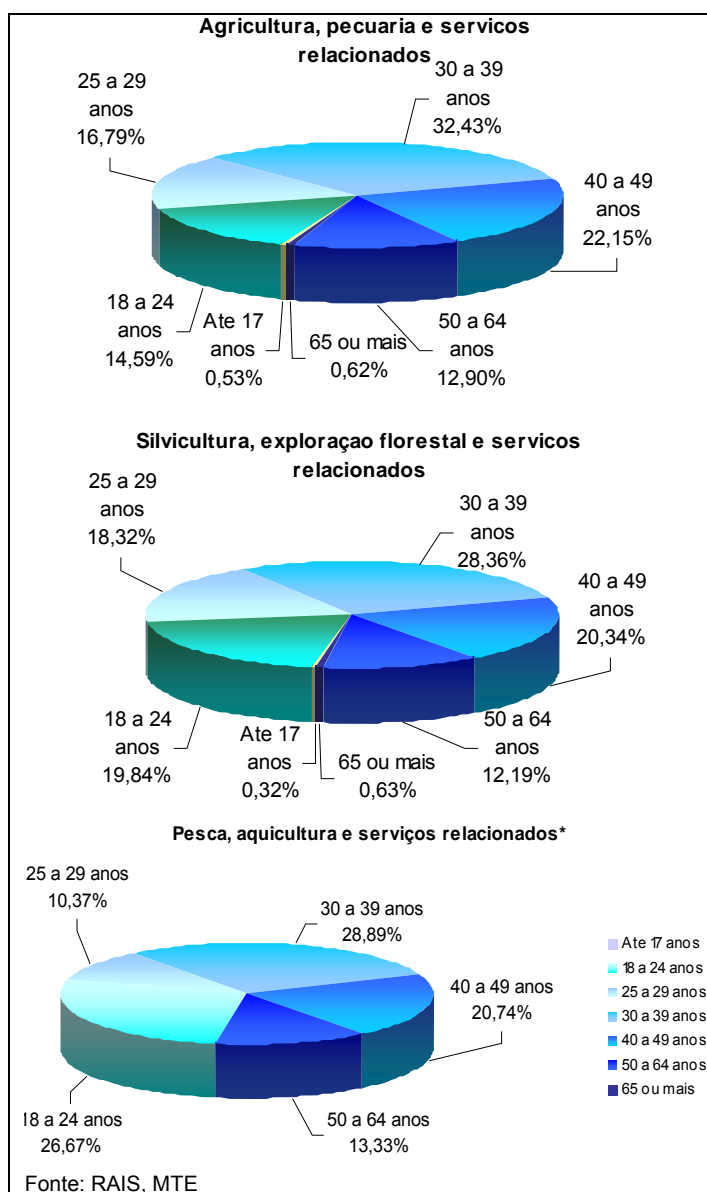
## 7 – Distribuição do emprego agropecuário conforme faixa etária

Em 2008, 0,53% dos empregados possuía até 17 anos de idade, 14,73% possuíam de 18 a 24 anos, 16,81% de 25 a 29 anos, 32,33% de 30 a 39 anos, 22,10% de 40 a 49 anos, 12,88% de 50 a 64 anos e 0,62% com 65 anos ou mais.

Os gráficos abaixo mostram a distribuição etária dos setores da *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*, *Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados*

e da Pesca, aquicultura e serviços relacionados. A atividade Pesca, aquicultura e serviços relacionados não possui nenhum empregado formal de até 17 anos e também nenhum vínculo com 65 anos ou mais. Todas três atividades possuem o maior percentual de empregados na faixa etária de 30 a 39 anos.

**Gráfico 1 – Disposição dos trabalhadores por faixa etária nas atividades Agricultura, pecuária e serviços relacionados, Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados e da Pesca, aquicultura e serviços relacionados.– 2008**



Elaboração dos autores

\* A atividade Pesca, aquicultura e serviços relacionados não possui nenhum empregado formal de até 17 anos e também nenhum vínculo com 65 anos ou mais.

## Considerações finais

O Estado de Goiás continua com o setor agropecuário possuindo forte peso na economia, demonstrados principalmente pela posição de destaque de Goiás na agricultura e pecuária nacional e pela composição do valor agregado goiano. Com relação ao número de estabelecimentos agropecuários, também é possível observar a importância de Goiás no setor, sendo que o Estado possui o maior número de estabelecimentos do Centro-Oeste e o quinto maior nacionalmente.

O incremento de vínculos em 2008 foi menor que em 2007. Na variação percentual, o subsetor com maior crescimento foi a Agricultura, pecuária e serviços relacionados, 32,80% em 2008 com relação a 2007. Os municípios com o maior número de pessoas empregadas na Agropecuária são: Rio Verde, Goiânia, Cristalina, Quirinópolis e Jataí.

A renda média goiana era de 2,69 salários mínimos em 2008, em reais, a renda média era de R\$ 1.106,26. Na Agropecuária a média salarial é menor, sendo 1,93 salário mínimo ou R\$ 795,22. No setor agropecuário a maior remuneração média está na Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados, R\$ 852,59. Goiás possui a sétima maior remuneração média na Agropecuária do país e os municípios goianos com maiores médias de remuneração são Porteirão, Santa Helena de Goiás, Maurilândia, Chapadão do Céu e Cachoeira Dourada.

A Agropecuária é o setor que possui o maior percentual de vínculos com baixa ou nenhuma escolaridade. A grande maioria dos empregados, 73,19%, possui até o ensino fundamental completo. São 2,82% de analfabetos, 16,23% com até o 5º ano Incompleto do Ensino Fundamental, 17,51% do 5º ano Completo do Ensino Fundamental, 22,93% do 6º ao 9º ano Incompleto do Ensino Fundamental e 16,52% com Ensino Fundamental Completo.

Na Agropecuária, a maior parte dos empregados são homens, 85,79% homens versus 14,21% de mulheres, sendo o segundo setor com maior percentual de

homens, inferior apenas à Construção Civil. A média de remuneração das mulheres é inferior à masculina. Na agropecuária, elas recebem em média 25,87% menos que eles.

A grande maioria dos empregados está na faixa etária de 18 a 39 anos, 63,87%. Os setores da *Agricultura, pecuária e serviços relacionados, Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados* e da *Pesca, aquicultura e serviços relacionados* possuem o maior percentual de empregados na faixa etária de 30 a 39 anos.

### Referências

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pevs/default.asp>>. Acesso em mai. 2010.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais,** Ministério do Trabalho e Emprego, 2005 – 2008.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.** Produto Interno Bruto. Disponível em:

<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>. Acesso em mai. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.** Pesquisas Anuais – PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>>. Acesso em mai. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.** Pesquisas Anuais – PAM - Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim>>. Acesso em mai. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.** Goiás em dados - 2009. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/down/GoDados2009.pdf>>. Acesso em mai. 2010.

SEPLAN. **Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás.** Estado de Goiás no Contexto Nacional - 2009. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepim/down/goiascn2009.pdf>>. Acesso em mai. 2010.

# Felicidade Interna Bruta (FIB) – Índice de Desenvolvimento Sustentável

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão sobre medidas mais inteligentes de melhoria de progresso, ou seja, uma nova métrica de índice de desenvolvimento econômico sustentável que está sendo implementada no Brasil e em Goiás. Esse novo paradigma é capaz de orientar as políticas públicas, de forma participativa, em prol do desenvolvimento econômico com equilíbrio ambiental - medir o que mais almejamos: o bem-estar social e sustentabilidade ambiental, não apenas, e tão somente, o crescimento econômico (a produção de bens e serviços), como é feito hoje.

**Palavras-chave:** Nova métrica, progresso econômico, índice de desenvolvimento, bem-estar social, sustentabilidade.

## Panorama Global

Um grupo de economistas e cientistas liderado por Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2001, acreditam que o Produto Interno Bruto (PIB) é uma ferramenta limitada para medir o progresso das sociedades, uma vez que não consegue mensurar, com eficácia, o bem-estar social de uma nação por meio dos resultados desejados em todas as suas políticas implementadas para tal fim. Ao resumir toda a atividade econômica, o PIB não faz distinção entre itens que são “custos” e itens que são “benefícios”. Se você sofrer um acidente automobilístico e colocar seu carro amassado numa oficina para fazer lanternagem, o PIB sobe. São meras aferições de todas as transações econômicas. Vale ressaltar que não são transações qualificadas eticamente. Se um país produzir equipamentos para



*Alberto Elias Lustosa<sup>1</sup>*



*Lucelena Fátima de Melo<sup>2</sup>*

uma guerra haverá acréscimo de seu PIB.

Não surpreendentemente, esses especialistas descobriram que além de um certo nível mínimo de renda, a maior felicidade provém de fortes e abundantes conexões sociais, uma sensação de controle sobre sua vida, um trabalho significativo, boa saúde, segurança econômica básica, confiança nas outras pessoas e no governo, bem como outras oportunidades menos conectadas com remuneração monetária como o trabalho voluntário, o trabalho doméstico não remunerado e os serviços providos pelo ecossistema – essas relações o PIB não avalia.

## Por quê o PIB é inadequado para Medir o Bem-Estar?

Em primeiro lugar, assinala que o PIB é parte integrante do FIB, uma vez que o crescimento econômico de fato promove o bem-estar e a felicidade dos mais pobres. Todavia, diversas deficiências do PIB também precisam ser reconhecidas. O PIB não diz o que acontece com o cidadão comum<sup>3</sup>. E este é um problema cada vez maior, porque quando se tem uma crescente desigualdade na sociedade, pode ter um PIB subindo, como tem acontecido nos EUA, mas a maior parte das pessoas está piorando. Não é apenas a pobreza que está aumentando, mas as pessoas de renda média, 50% ou mais da população, estão com sua situação piorando. Então, este é um exemplo de uma métrica que, se quer

<sup>1</sup> Pós-graduado em Finanças, pela FGV e MBA em Marketing. Gerente de Programas Estaduais do Sebrae Goiás. albertolustosa@uol.com.br

<sup>2</sup> MBA em Gerenciamento de Projetos e servidora da Seplan-GO. lucelenafm@seplan.go.gov.br

<sup>3</sup> Conclusão do economista Joseph Stiglitz.

saber o que está acontecendo com o cidadão, é muito difícil encontrar estatísticas sobre isso através dos chamados países desenvolvidos.

O PIB é uma acurada métrica para se determinar tudo aquilo que é produzido e consumido através de transações monetárias. Entretanto, se algum bem for conservado e não consumido, então esse bem deixa de ser registrado como um valor. Por exemplo, um trator que está simplesmente largado numa fazenda é contabilizado como uma riqueza, e certamente uma onça pintada num campo de cerrado deve ter mais valor do que um trator, porém, sob a ótica do PIB, não é isso que ocorre. Este mede muito bem o capital produzido, mas não mede outras formas de capital e serviços, tais como aqueles providos pelo meio ambiente, humanos e sociais.

#### O que é felicidade?

Felicidade é um bem público<sup>4</sup>, porém subjetivamente sentido. A felicidade é, e deve ser, um bem público, já que todos os seres humanos almejam-na. Ela não pode ser deixada exclusivamente a cargo de dispositivos e esforços privados. Se o planejamento governamental, e portanto, as condições macro-econômicas do país, forem adversos à felicidade, esse planejamento fracassará enquanto uma meta coletiva. Os governos precisam criar condições conducentes à felicidade, na qual os esforços individuais possam ser bem sucedidos. A política pública nasce dos anseios da população e é orquestrada pelo poder executivo, nas esferas municipal, estadual e federal, sendo necessária para educar os cidadãos sobre a felicidade coletiva. As pessoas podem fazer escolhas erradas, que por sua vez, podem desviá-las da felicidade. Planejamentos de política pública corretos podem lidar com tais problemas, e reduzi-los, impedindo assim que ocorram em larga escala.

---

<sup>4</sup> Dasho Karma Ura, Presidente do Centro para os Estudos do Butão fundado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) para formular as análises estatísticas do FIB.

#### O que é FIB?

*... quaisquer que sejam as metas que tenhamos – e não importa o quanto essas metas mudem neste cambiante mundo – em última instância, sem paz, segurança, e felicidade, nada temos. Essa é a essência da filosofia da Felicidade Interna Bruta. Eu também rezo para que, enquanto for o rei de uma pequena nação no Himalaia, possa, durante o meu reinado, fazer muito para promover o maior bem-estar e felicidade de todas as pessoas neste mundo – de todos os seres sencientes. Maestade o Rei Jigme Khesar, discurso de abertura da V Conferência Internacional do FIB, Brasil 2009.*

**Felicidade Interna Bruta (FIB)<sup>5</sup>** - é um indicador sistêmico desenvolvido no Butão, pequeno país do Himalaia. O conceito nasceu em 1972, elaborado pelo rei butanês Jigme Singya Wangchuck. Desde então, o reino de Butão, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), começou a colocar esse conceito em prática, e atraiu a atenção do resto do mundo com sua nova fórmula para medir o progresso de uma comunidade ou nação. Assim, o cálculo da “riqueza” deve considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas. Considera-se o empreendedorismo social como geração ética de riqueza – produção de bens e serviços – para alcançar o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social. O Indicador FIB é composto por nove dimensões. Tais dimensões são percebidas e construídas por meio da aplicação do questionário FIB junto à população local que responde perguntas abrangentes a todos os aspectos citados, com periodicidade anual.

**1. Bem-Estar Psicológico** – avalia o grau de satisfação e de otimismo que cada indivíduo tem em relação a sua própria vida. Os indicadores incluem a prevalência de taxas de emoções positivas e negativas, e analisam a auto-estima, sensação de competência, estresse, e atividades espirituais.

---

<sup>5</sup> Gross National Happiness (GNH) é o nome do indicador utilizado no país do Butão, e outros países do Ocidente como Canadá, U.S.A e Reino Unido.

**2. Saúde** – mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como auto-avaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercícios, sono, nutrição.

**3. Uso do Tempo** – o uso do tempo é um dos mais significativos fatores na qualidade de vida, especialmente o tempo para lazer e socialização com família e amigos. A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais, etc.

**4. Vitalidade Comunitária** – foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação e de voluntariado.

**5. Educação** – leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação ambiental.

**6. Cultura** – avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero.

**7. Meio Ambiente** – mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, saneamento.

**8. Governança** – avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e a transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos e, principalmente, com a construção de políticas públicas.

**9. Padrão de Vida** – avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações, etc.

### **O movimento mundial com relação a outros Indicadores de Progresso**

Esses estudos de novas métricas descobriram que muitos países que têm populações com baixa renda per capita, tais como a Costa Rica e Colômbia, também têm altos índices de satisfação com a vida, o que levou a um

grupo de pesquisadores britânicos<sup>6</sup> a estabelecer o “**Índice do Planeta Feliz**”, que divide a satisfação com a vida por pontuação da pegada ecológica<sup>7</sup>. Esses pesquisadores descobriram que muitos dos assim chamados países em desenvolvimento, na verdade se situam no topo da sua lista.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - formada por cerca de trinta dos países mais ricos do mundo - está levando cada vez mais a sério os estudos sobre o bem-estar social, e, conseqüentemente, a felicidade. Ela está buscando um conjunto totalmente novo de indicadores através do qual se possa julgar o desenvolvimento econômico dos seus países membros. Esse seu novo “Projeto Global” busca coletar as assim chamadas “melhores práticas” – políticas sociais e econômicas que claramente demonstraram o potencial de aumentar a satisfação com a vida, criando medidas mais inteligentes de melhoria de progresso.

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, aderiu ao novo paradigma. Em 2008, ele organizou uma comissão liderada pelos prêmios Nobel em Economia, os economistas Joseph Stiglitz e Amartya Sen, cujo objetivo é dar maior foco em indicadores como saúde, coesão familiar e tempo de lazer em vez da ênfase atual no PIB – medir a riqueza de forma parcial (bens e serviços).

Na província canadense de Vitória, um grupo chamado **Parceiros do Índice de Felicidade de Vitória**, coordenado por Michael Pennock da Colúmbia Britânica desenvolveu uma versão internacional do questionário FIB para o Ocidente. O qual Brasil está utilizando.

O Governo da Tailândia, inspirado no conceito FIB, também criou o seu **Índice de Progresso Nacional**

---

<sup>6</sup> Nic Marks, do New Economics Foundation em Londres, criou o Happy Planet Index (HPI), para avaliar o quão eficientemente os países estão usando seus recursos naturais para criar uma elevada qualidade de vida.

<sup>7</sup> O conceito de pegada ecológica foi desenvolvido por Mathis Wackernagel e William Rees, na Universidade de Colúmbia Britânica, no Canadá. O indicador mede a demanda de uma comunidade humana nos ecossistemas, e comparando essa demanda com a capacidade da biosfera de se regenerar. Para o ano de 2005 a humanidade usava os serviços ecológicos da biosfera a uma taxa 1,3 vezes maior do que poderiam ser renovados.



(IPN) para acompanhar o desenvolvimento econômico nacional.

As Nações Unidas desenvolveu o **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) – tenta medir fatores sociais como as taxas de educação, longevidade e renda. Por meio do resultado obtido determina o nível de desenvolvimento humano de cada país, estado e município

Portanto, percebe-se um movimento mundial crescente em busca de novas alternativas de índice de desenvolvimento que retratem melhor o desempenho econômico no sentido de promover o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental. O Brasil com adesão do Projeto FIB, acontecendo em várias cidades está entrando nessa onda de repensar o desenvolvimento econômico com equilíbrio ambiental, enquanto ainda há tempo.

#### **Projetos FIB no Brasil**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD concedeu ao Instituto Visão Futuro, de São Paulo, por meio de sua representante Dr<sup>a</sup>. Susan Andrews, a coordenação da implementação do Projeto FIB no Brasil e América do Sul. Segundo ela, o Índice de Felicidade Interna Bruta (FIB) mostrou como um caminho viável para proporcionar o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Após um projeto-piloto inicial ministrado na cidade de Angatuba, no interior de São Paulo em 2008, dois outros projetos-piloto foram conduzidos em 2009. Um em Itapetininga – SP, e outro em Campinas-SP, o último em parceria com a Unicamp. E além desses dois projetos-piloto, um terceiro, numa versão destinada a potencializar a atuação de responsabilidade sócio-ambiental no setor privado, foi desenvolvido para ser aplicado na Natura Cosméticos – a primeira empresa no mundo a trabalhar o conceito FIB empresarial.

Segundo Roberto Ramalho Tavares, prefeito de Itapetininga-SP, o FIB tornou-se uma importante ferramenta de gestão de políticas públicas que promove a participação popular, mobiliza a inteligência coletiva para pensar e avaliar o bem-estar em suas múltiplas

dimensões, ou seja, ser protagonista da sua própria história, conforme a legislação vigente, considerando a qualidade de vida como fator primordial.

Formou-se então um grupo internacional de orientadores para o movimento FIB no Brasil, que atualmente conta com os seguintes membros:

- DASHO KARMA URA – Presidente do Centro dos Estudos de Butão
- Dr. John Helliwell, economista e pesquisador da ciência da hedônica na Universidade da Nova Escócia, no Canadá
- Michael Pennock, Diretor do Observatório para Saúde Pública do Estado de British Columbia, Canadá
- Nic Marks, Fundador, New Economics Foundation, Reino Unido e criador do “Happy Planet Index”
- Dr. Eric Zencey, Professor de Estudos Políticos, Universidade Estadual de Nova Iorque, EUA
- Dr. Takayoshi Kusago, Professor de Desenho de Sistemas Sociais, Kansai University, Japão

O Brasil teve a honra de sediar a V Conferência Internacional do FIB, realizada em Foz de Iguaçu-PR, em novembro de 2009. Uma rede nacional de parceiros está agora sendo formada para disseminar o conceito FIB no país, bem como as “melhores práticas” para sua implementação. Vários Estados se manifestaram o interesse de implementar o indicador FIB: São Paulo (capital), Ceará (Fortaleza), Bahia (Salvador), Minas Gerais (Belo Horizonte), Paraná (Curitiba), Mato Grosso (Cuiabá) e Goiás. O Serviço Brasileiro de Apoio à micro e Pequena Empresa (Sebrae-GO) também mostrou um grande interesse em trabalhar o conceito FIB em seus projetos de desenvolvimento local.

#### **FIB Goiás**

Em dezembro de 2009 criou-se o Comitê FIB Goiás, com representantes do Instituto Visão Futuro, Unipaz-GO e Sebrae-GO, visando traçar as estratégias de implementação, prevista para o segundo semestre de 2010. Desde então, o Comitê vem se movimentando no sentido de buscar parceiras e mobilizar a comunidade

local (município e empresa) e voluntários que se interessem fazer parte do projeto piloto.

*O projeto piloto está estruturado em três etapas:*

1. Capacitação sobre o conceito FIB, 1º semestre de 2010 – a capacitação está focada em diversos temas como as 9 dimensões, indicadores de progresso, economia solidária e interdisciplinaridade. Nesta fase está acontecendo regularmente os encontros quinzenais por meio do grupo de estudos multidisciplinar com participação de vinte voluntários que vem aprimorando os conhecimentos e colocando em prática, em seu cotidiano, todo o aprendizado e experiência adquiridos, seja na vida profissional ou pessoal.

2. Mobilização dos municípios e empresas, 1ª quinzena de outubro de 2010 – está prevista a realização de palestra de mobilização e apresentação do projeto FIB com a coordenadora nacional Drª Susan Andrews, coordenado pelo Sebrae-GO.

3. Implementação do projeto piloto, 2º semestre de 2010 – está previsto a implementação projeto piloto FIB comunitário e FIB empresa.

Como o filósofo francês Vitor Hugo disse: *“Não há nada mais poderoso do que uma idéia cujo tempo chegou”*. Portanto, é a vez do Estado de Goiás sentir o quão é possível mensurar a Felicidade Interna Bruta dos goianos.

### **Conclusão**

Decisões sábias dependem de avaliações precisas de todos os custos que a envolvem e os benefícios de diferentes cursos de ação. Se não levarmos em conta os serviços do ecossistema como um benefício na nossa mensuração básica de bem-estar, suas perdas não poderão ser contabilizadas como um custo – e nesse caso o processo de tomada de decisão do ponto de vista econômico inevitavelmente nos levará a indesejáveis e perversos resultados anti-econômicos, os quais estamos vivenciando. E nestes custos deveriam ser incluídos proteção contra inundações e tempestades, purificação e abastecimento de água,

manutenção da fertilidade do solo, polinização das plantas e regulação do clima numa escala global e local - uma recente estimativa coloca o valor mínimo de mercado desses serviços de capital-natural em torno de 33 trilhões de dólares por ano. A natureza também tem um valor estético e moral. Nenhuma civilização poderá sobreviver à sua perda. Está na hora da humanidade, de nós acordarmos se não seremos engolidos pela ganância do “quanto-mais-melhor”.

Por outro lado, trata-se de pensar sobre o resultado que se quer para a sociedade, tendo essas reflexões sobre o que é progresso - o que é bem-estar em suas múltiplas dimensões, onde queremos estar daqui vinte, trinta anos. Segundo Jon Hall esses indicadores de progresso como FIB se revela como o código genético da nossa sociedade.

### **Referências Bibliográficas:**

- Site: [www.felicidadeinternabruta.org.br](http://www.felicidadeinternabruta.org.br)
- URA, Dasho Karma, Artigo: Felicidade Interna Bruta – 1ª Conferência Nacional do FIB – São Paulo, 2008.
- ZENCEY, Eric, G.D.P. R.I.P. (PIB - Descanse em Paz). Editorial no jornal New York Times, 10 de agosto de 2009.
- THINLEY, Jigmi, Discurso de Abertura do Primeiro Ministro do Butão - 5ª Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, Foz de Iguaçu-PR, novembro de 2009.
- STIGLITZ, Joseph, Problemas do PIB como um Barômetro Econômetro. New York Times, 2009.
- GRAAF, John de, 5ª Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, Foz de Iguaçu-PR, novembro de 2009.
- HALL, Jon, Se você não puder medir, você não pode administrar: pessoas, progresso, persuasão, 5ª Conferência Internacional sobre Felicidade Interna Bruta, Foz de Iguaçu-PR, novembro de 2009.
- ARRUDA, Marcos, As nove dimensões do FIB, São Paulo, 2008.
- DOWBOR, Ladislau, Política de apoio ao desenvolvimento local, São Paulo, março de 2007.

## Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), aceita colaborações, em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: [conjunturagoiana@seplan.go.gov.br](mailto:conjunturagoiana@seplan.go.gov.br);
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Seplan-GO.



**Sepin**  
Superintendência de Estatística,  
Pesquisa e Informação



**GOVERNO DO  
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade